NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÉRIE: DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA - Nº 1

São Paulo, março 1993.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O MITO DA NATUREZA INTOCADA

Prof. Dr. Antonio Carlos S. Diegues

ÍNDICE

Apresentação

Introdução *04*

1. Parques Nacionais e o Conservacionismo Norte-Americano: sua Expansão no Mundo *08*

2. Histórico da Noção de Parques Nacionais e o Surgimento das Preocupações com as Populações Tradicionais *16*

3. Parques Nacionais e Conservação no Brasil *27*

4. O Surgimento da Preocupação com a Populações Tradicionais no Brasil *38*

5. Populações Tradicionais e sua Relação e sua Relação com a Natureza *41*

6. Populações Tradicionais e a Biodiversidade *53*

Conclusões *59*

Bibliografia *62*

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho analisa as relações entre as populações tradicionais e as unidades de conservação que, por lei, não admitem a permanência de moradores dentro delas. Parte-se da constatação que os parques e reservas criados no Brasil seguem o modelo dos Estados Unidos em que, ainda em meados do século XIX existiam grandes extensões de áreas desabitadas. No Brasil, no entanto, as chamadas "áreas naturais" não são vazias, mas habitadas por povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras que, por lei, são desalojados de seus territórios ancestrais ao serem decretados parques ou reservas. A nível mundial, já existe uma tendência crescente em não transferir essas populações tradicionais de seus territórios, mas integrá-las, de forma harmônica nas unidades de conservação. No Brasil, ainda existe uma forte oposição a que isso ocorra, ainda que a instituição das "reservas extrativistas" possa ser considerado um primeiro sinal de mudança nos órgão conservacionistas federais. Neste trabalho advoga-se a idéia de que somente a integração das populações tradicionais nas unidades de conservação onde moram poderá assegurar a proteção tanto da diversidade biológica quanto cultural.

The subject of this paper is the conflictive relationships between traditional population and protection areas in Brazil. The basic assumption is that our protection areas were based in the idea of national parks of the United States, where, in the middle of the last century, vast areas of wilderness without human population existed.In the Brazilian cases,most of the regions where protected areas are established are inhabbited by traditional populations,such as Indian tribes,riverine and rubber-tapper groups with a very rich tradition of nature conservation.In the last years, there is a growing concern,at the international level, with the possibility of integrating traditional population in protected areas.In Brazil,however,Governmental instituiions in charge of the protected areas have not changed their views on this subject and as consequence,conflicts are growing exponentially in most of the protected areas.The author advocates that the integration of these traditional population in protected areas is a condition for the conservation of the biological as well as of the cultural diversity in Brazil.

INTRODUÇÃO

A criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. O estabelecimento dessas unidades teve um grande aumento entre a década de 70 e 80 quando foram criados cerca de 2.098 unidades cobrindo mais de 3.100.000 Km ao passo que desde o início do século tinham sido criadas 1.511 unidades cobrindo aproximadamente 3.000.000 Km^2. Somente na década de 70 foram criadas 1.317 unidades, cobrindo mais de 2.000.000 de Km^2. (Reid e Miller, 1987:71). Na década de 80 já houve um declínio, mas foram criadas 781 unidades de conservação a nível mundial.

Número de áreas protegidas criadas por década no mundo e no Brasil.

QUADRO 1

	no Mundo	*no Brasil*
Antes de 1900	37	0
1930 a 1939	251	3
1940 a 1949	119	0
1950 a 1959	319	3
1960 a 1969	573	8
1970 a 1979	1317	11
1980 a 1989	781	58

Fonte: Reid e Miller, 1989.

IBAMA, 1989 (estão incluídos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, a nível federal somente).

No Brasil, também houve um grande impulso à criação de unidades de conservação nas décadas de 70 e 80, como se pode observar pelo quadro (1).

Segundo Ghimire (1991) houve uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a

conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques. Como afirma esse autor, a "conservação" se transformou também numa importante arma política para as elites dominantes dos países do Terceiro Mundo.

Evidentemente, grande parte das instituições ambientalistas apregoam que quanto mais áreas forem colocadas como unidades de conservação, melhor (Ehrlich, 1982). O PNUMA propõe que o ideal seria que, cerca de 10% da superfície da terra fosse transformada em unidades conservação (PNUMA, 1989:91).

Essa proporção na verdade já foi atingida por cerca de 7 países na Ásia, 14 países na África e cerca de 6 países na América Latina (Ghimire, 1991). O interessante que os EUA, um dos propugnadores dessa idéia tem menos de 2% de seu território como parques nacionais (Parks Guide, 1989:23) e a Europa apresenta menos de 7% (WRI, 1990:301). Aparentemente a idéia de parques nacionais é importante para o Terceiro Mundo, mas não para os países industrializados. Isso, apesar de estar claro que inúmeros países do Terceiro Mundo atravessam crises alimentares, decorrentes, em parte, da escassez de terras para agricultura . A própria Estratégia Mundial para a Conservação, da UICN (1980) propõe que as terras agricultáveis dos países pobres deveriam ser reservadas para a agricultura, mas como exceção da Indonésia e Etiópia, não houve nenhuma expansão significativa dos programas de reassentamento ou de desenvolvimento rural para os camponeses sem terra do Terceiro Mundo.

Além disso, Ghimire (1991) afirma que os governos não avaliam corretamente os custos ambientais e sociais da expansão dos parques nacionais e áreas protegidas. Em muitos casos, afirma ele, a expulsão dos moradores das áreas transformadas em parques nacionais tem levado a um sobre-uso das áreas protegidas e de seus arredores pelos moradores muitas vezes reassentados de forma inadequada nas proximidades dessa áreas de conservação.

A expulsão dos moradores tem contribuído ainda mais para a degradação das áreas de parques uma vez que, freqüentemente, por falta de fiscalização, indústrias madeireiras e de mineração invadem-nas para explorar ilegalmente seus recursos naturais. Os moradores também, muitas vezes, retiram ilegalmente meios de subsistência dessas áreas protegidas, tidas como "recursos perdidos pelas comunidades locais".

Quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais. A partir de estudos de caso na Tailândia e em Madagascar, o autor observa que as populações foram deslocadas das áreas transformadas em parques, perdendo sua base de subsistência material e cultural, sem que o Estado tenha se preocupado em reassentá-las de forma apropriada. Essa prática, segundo Ghimire, é comum

em grande parte dos países do Terceiro Mundo. As populações tradicionais são transferidas das regiões onde viveram seus antepassados, para regiões ecológica e culturalmente diferentes. O estabelecimento de parques nacionais significou para essas populações um aumento de restrições no uso de recursos naturais que inviabilizaram sua sobrevivência . Os grupos de caçadores, pescadores, extrativistas que tinham desenvolvido uma simbiose com as áreas de florestas, rios e regiões litorâneas e que foram transferidos para outras áreas, como o caso dos Tharus, do Nepal, de tradição agro-pastoral têm grande dificuldade de sobreviver com a proibição de suas atividades tradicionais pela criação de parques.

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca, extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das unidades de conservação é usada para a fiscalização e repressão (cerca de 80% no caso do Nepal) e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas.

Um dos problemas é que as autoridades responsáveis pelas unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras de vida selvagem (Ghimire, 1991), desprezando oportunidades reais de incorporá-las no projeto de conservação.

Em muitos casos, a chamada "participação" das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que vêem no envolvimento dessas populações um fator positivo para o sucesso do empreendimento.

Na realidade, as autoridades nem sempre vêem com bons olhos a organização das populações que ainda se encontram em áreas de parques ou que foram reassentadas nos arredores. Quando essas associações se tornam mais exigentes e mais organizadas, defendendo seus direitos históricos a permanecer nas regiões em que viveram seus antepassados, elas são acusadas de se posicionarem contra a conservação. Na maioria dos casos, as chamadas populações tradicionais encontram-se isoladas, vivendo em ecossistemas tidos até agora como marginais (mangues, restingas, florestas tropicais), são analfabetas e tem pouco poder político, além de não terem títulos de propriedade da terra. Esse fato, muito comum nos países do Terceiro Mundo, as torna passíveis de desapropriação fácil, sem terem uma compensação real pela terra que habitam há gerações . Os proprietários das áreas, que freqüentemente usurparam os direitos dos moradores tradicionais, por

apresentarem os títulos de propriedade são compensados satisfatoriamente e muitas vezes lucram com a desapropriação.

As formas de incorporar os moradores tradicionais no planejamento e implantação das unidades de conservação, na maioria das vezes, visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações que vivem nos parques. Quando a presença dessas populações é "tolerada", as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar "voluntariamente", engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas.

1. PARQUES NACIONAIS E O CONSERVACIONISMO NORTE AMERICANO: SUA EXPANSÃO NO MUNDO

Existem visões diferentes e muitas vezes opostas do significado de parques nacionais e reservas. Para alguns, as unidades de conservação são um fim em si mesmas e destinam-se a proteger a "natureza selvagem", intocada, frente aos avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno. Subjacente a esta idéia está o pressuposto que a humanidade caminha irremediavelmente para a destruição dos ecossistemas naturais e que, no futuro, restariam somente ilhas de conservação, paraísos remanescentes de um mundo natural. É evidente que nesta proposta está a idéia de que de um lado está a natureza e de outro lado a humanidade, inimiga visceral do mundo natural a quem pretende dominar e domesticar. Para outros, o "mundo natural" já não existe, uma vez que mesmo as florestas tropicais úmidas já foram, em sua grande maioria, transformadas pela ação humana ao longo dos milhares de anos em que o homem vive no planeta. Para estes há uma necessidade urgente de se redefinir as relações homem-natureza, privilegiando aquelas que afirmam a interdependência necessária para a sobrevivência de ambos. Nesse contexto, os parques e reservas são também importantes numa política de conservação da natureza, mas devem ser integrados numa visão mais ampla de manejo adequado do mundo natural, para atender primeiramente às necessidades de sobrevivência do homem na terra.

Essas duas posições implicam em idéias opostas do significado da natureza: a primeira mais "ecocêntrica", onde o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que venha a ter para o homem; a segunda é mais "antropocêntrica" e reafirma a primazia do homem sobre o mundo natural. Para a primeira visão, o homem sempre se comporta como um dominador, um domesticador da natureza e esse comportamento leva irremediavelmente à destruição do mundo natural. Na segunda visão, o mundo natural foi criado para o benefício e uso do homem.

Essas visões antagônicas foram descritas por vários autores. Worster (1977) identifica a primeira visão como a "arcadiana", bucólica, representada pelos trabalhos de Gilbert White, pároco inglês do séc. XVII e a segunda como a "visão imperial", baseada na concepção racionalista de Descartes para o qual o homem é um único ser dotado de razão e de meios de dominar o mundo natural, conhecendo suas leis através da ciência moderna. Moscovici, (1975) também analisa essa dicotomia, denominando a primeira

visão como um paradigma heterodoxo, que se opõe à visão judaico-cristã de domínio da natureza e à visão "ortodoxa", paradigma dominante que enfatiza a noção de domesticação do mundo natural.

O'Riordan (1981) identifica a primeira visão como "ecocêntrica", na qual os animais e as plantas têm direito à existência independente do homem e a "tecnocêntrica", para a qual o mundo natural deve servir ao homem. Dicotomia semelhante é assinalada por Bookchin (1976) ao opor o "ambientalismo" e a "ecologia social". A mesma distinção é feita por Arne Naess (1973) ao contrapor a "deep ecology" (ecologia profunda) à "shallow ecology" (ecologia superficial). Para o criador da "ecologia profunda", a vida humana e a não-humana têm valores em si, implícitos, independentes de sua utilidade e a riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores.

Alguns autores com K. Thomas (1983) analisam o surgimento desses dois paradigmas na Inglaterra. Aí, até o séc. XVIII, predominava a visão de que o mundo natural fora criado para o bem do homem e que as outras espécies deviam se subordinar aos desejos e necessidades humanas. Insistia-se na autoridade virtualmente ilimitada do homem sobre os animais, que deveriam ser domesticados para atender às necessidades humanas. A civilização ocidental era uma expressão da conquista da natureza, fonte de alimentos, combustível, etc. Para Bacon, o fim da ciência moderna era devolver o domínio do homem sobre a criação, perdido com o pecado original. O animal domesticado era o símbolo da civilização ocidental, e se olhava com menosprezo para as filosofias orientais que pregavam uma relação harmoniosa com o mundo natural. Thomas afirma que esse padrão de dominação e domesticação dos animais serviu como base ideológica para a dominação dos seres humanos que se "comportavam como animais", como os miseráveis, as mulheres, os negros, etc. Ainda segundo Thomas (1991), a partir do fim do séc. XVIII começaram a surgir vozes distoantes quanto aos direitos ilimitados do homem sobre a natureza. Para essa mudança contribuíram os avanços da História Natural e sobretudo o crescimento desorganizado das cidades. A deterioração da vida urbana levou a uma valorização da vida no campo, no mundo rural onde reinava a calma de uma vida bucólica começando a ser procurada pela aristocracia que fugia dos centros urbanos poluídos. As paisagens naturais começaram a aparecer na literatura e na pintura como lugares de enlevo e fonte de renovação espiritual. O afastamento da ameaça da fome com a revolução agrícola levou a um apreço das "paisagens naturais" em oposição à paisagem domesticada pelo homem: os campos cultivados.

Essas duas visões, baseiam-se, no entanto, na análise de um homem e uma natureza metafísicos. O ecocentrismo, por exemplo, em grande parte de suas análises,

faz a crítica das relações entre as sociedades industriais modernas e a natureza. Devall (1985), expoente do "ecocentrismo" exprime essa visão ao afirmar:

> *"A sociedade tecnológica não somente aliena os homens do resto da natureza quanto de si próprios. Ela, necessariamente, promove valores destrutivos e objetivos que muitas vezes destroem a base para as comunidades humanas viáveis interagindo com a natureza"*. (p.48).

Tal visão não se dá conta de que existem formações sociais distintas das sociedades urbano-industriais e que podem ser denominadas pré-capitalistas (indígenas, extrativistas, de pescadores artesanais), onde a relação com a natureza é distinta daquela existente na sociedade capitalista.

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos EUA. A noção de "wilderness" (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do séc XIX era de grandes áreas não-habitadas, sobretudo após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e propunha-se reservar grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

Até o final do séc. XIX, grande parte do território americano era "wilderness". Como afirma Nash (1989): "Até as pessoas que criticavam a explotação dos recursos naturais não podiam escapar à impressão de que havia muito espaço para o homem e para a natureza no Novo Mundo".

O movimento de criação de "áreas naturais" nos EUA foi influenciado por teóricos como Thoreau e Marsh. O primeiro estudou administração florestal e criticou a destruição das florestas para fins comerciais. Em meados do séc. XIX havia o avanço dos colonos para o oeste, com grande destruição florestal, e ação das companhias mineradoras e madeireiras contra as áreas naturais. Esses processos já levantavam os protestos dos amantes da natureza, fascinados pela beleza das Montanhas Rochosas e vales de grande beleza. Marsh, em 1864 havia publicado um livro chamado: Man and Nature, amplamente divulgado e discutido nos Estados Unidos, onde o autor demonstrava que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem sobre a terra. As idéias de Marsh tiveram muita influência no estabelecimento de uma comissão nacional de especialistas florestais. Marsh afirmava que a preservação das áreas virgens tinha justificativas tanto econômicas quanto poéticas. É interessante se observar,

no entanto, que no início do séc. XIX o artista George Catlin em suas viagens pelo oeste americano conclui que tanto os búfalos quanto os índios estavam ameaçadas de extinção. Ele sugeriu que índios, búfalos e áreas virgens poderiam ser igualmente protegidos se o Governo estabelecesse um parque nacional que contivesse homens e animais em toda sua rusticidade e beleza natural (Mc.Cormick, 1992). Essa idéia, no entanto, não foi adiante, prevalecendo a noção de "wilderness" como áreas "virgens", não habitadas permanentemente.

É significativo que em 1º de março de 1872, quando o Congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos EUA e dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo; e que toda pessoa que se estabeleça ou ocupe este parque ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas) será considerada infratora e portanto será desalojada (Kenton Miller, 1980).

É interessante se observar que o "wilderness Act, de 1964, nos EUA também continua definindo áreas selvagens (unidades de conservação) como aquelas que não sofrem ação humana; em que o homem é visitante e não morador. Além disso, a beleza natural deve motivar sentimentos de enlevo e admiração (Dewall, 1985).

A idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do "paraíso terrestre", própria do Cristianismo. A concepção cristã de "paraíso", existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original. No imaginário ocidental, ela poderia estar numa ilha ou em terras desabitadas além das Colunas de Hércules. A descoberta do "paraíso terrestre" estava entre os objetivos das viagens do descobrimento (Giucci,1992). Esse mito do "paraíso perdido" e de sua reconstrução parece estar na base da ideologia dos primeiros conservacionistas americanos. Assim, Thoreau escreveu em 1859: "O que nós chamamos de natureza selvagem é uma civilização diferente da nossa" (Writings of Thoreau, em Nash, 1989). Dessa forma, os primeiros conservacionistas pareciam recriar e reinterpretar o mito do "paraíso terrestre" através da criação dos parques nacionais desabitados, onde o homem poderia contemplar as belezas da Natureza.

A noção de "wilderness", que serviu de base à criação dos parques norte-americanos foi criticada, desde o início, particularmente pelos índios remanescentes já em grande parte removidos de seus territórios ancestrais na conquista do oeste. Assim o chefe Standing Bear, da tribo dos Sioux afirmava:

"Nós não consideramos selvagens (wild) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza era selvagem, e somente para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bênçãos do Grande Mistério"

(Mc Luhan, T.C., 1971)

Em termos teóricos nos EUA havia duas visões de conservação do "mundo natural", que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir. Essas idéias tiveram grande importância no conservacionismo dentro e fora dos Estados Unidos.

Gifford Pinchot, engenheiro florestal treinado na Alemanha criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Muir lutava por proteger grandes espaços de terra contra a sociedade tecnocrática-industrial, primeiro pela instituição de florestas nacionais e depois dos parques nacionais. Quando as florestas nacionais começaram a ser manejadas, Muir voltou-se para a noção de parques nacionais intocáveis (J. Mc Cornick, 1992). Pinchot adotou uma visão mais antropocêntrica e Muir uma visão mais ecocêntrica na relação do homem com a natureza.

Na verdade, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na concepção de Pinchot, a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem tornar a natureza mais eficiente. Pinchot achava que a conservação deveria se basear em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção de desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos.

Se a essência da "conservação dos recursos" é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental norte americana, o conflito entre Gifford Pinchot e John Muir, é usualmente analisado como um exemplo arquétipo das diferenças entre a conservação dos recursos e a preservação pura da natureza.

A ligação entre a visão panteística de Muir e a filosofia ecocêntrica de hoje é amplamente conhecida, ainda que entre elas exista uma grande diferença. Rodman (1973) por exemplo, acha que a orientação igualitária e ecocêntrica de Muir não é ainda superficialmente radical e se aproxima de uma visão antropocêntrica, uma vez que o seu respeito pelo mundo natural se desenvolveu numa cultura que valoriza os aspectos

religiosos, estéticos ou recreativos. Nesse sentido a posição de Muir se aproxima do conservacionismo utilitarista de Pinchot. Ainda mais, esse tipo de preservacionismo é algumas vezes inadequadamente seletivo, na medida em que privilegia áreas que são apelativas esteticamente segundo os valores ocidentais (grand canyons, rios caudalosos, etc.). Essas áreas são, portanto, consideradas como tendo maior valor para conservação que outras para as quais falta uma beleza sublime, como as áreas de brejo, pântano, etc., ainda que estas possam ser essenciais para outras espécies animais.

Ainda, segundo Eversley (1992), é uma atitude derrotista, sob um ponto de vista ecológico, considerar as unidades de conservação como "ilhas" e colocar de lado pedaços de áreas selvagens, ignorando os problemas crescentes de superpopulação e poluição, pois esses problemas mais cedo ou mais tarde terão impactos negativos sobre as áreas naturais remanescentes. Como Eversley observou, a lógica de se preservar áreas selvagens como ilhas circundadas pela civilização leva à sua própria destruição. Nesse aspecto, os movimentos baseados na ecologia do bem-estar humano oferecem um complemento essencial ao movimento preservacionista, como os ativistas da vida selvagem hoje reconhecem. Como já foi notado, a ação dos ativistas da ecologia do bem-estar humano ajudam, ainda que indiretamente a assegurar a integridade das áreas selvagens (p.ex. minimizando os efeitos da poluição). Na verdade, os problemas ecológicos globais, como o aquecimento da terra, forçam as várias tendências ambientalistas a trabalhar juntas.

Baird Callicot (1991), um filósofo não antropocêntrico, criticou o conceito de "wilderness", na medida em que marca uma separação entre a humanidade e a natureza: é etnocêntrico e, algumas vezes racista, pois não leva em consideração o manejo tradicional das áreas naturais do Novo Mundo, e ignora a dimensão do tempo ao sugerir que a situação ecológica deveria ser congelada. Segundo Callicot essa dicotomia entre o homem e a natureza é preocupante e deve-se desenvolver, sempre que possível, um enfoque mais dinâmico e simbiótico em relação ao manejo do solo que leve em conta os humanos que vivem em certa harmonia com a natureza.

Mais recentemente, Gomez-Pompa e Kaus (1992) também criticaram a noção de "mundo natural", pois ela reflete uma percepção das populações urbanas a respeito da natureza:

"O conceito de "wilderness" (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria- prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como "wilderness" e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Os grupos

indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio-ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são freqüentemente personificados e endeusados através de mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza" (p.273).

Os autores afirmam que muitas das verdades sobre a natureza selvagem e conservação hoje aceitas, provêm de fontes não-científicas:

> *"O ambiente natural e o mundo urbano são vistos como uma dicotomia e a preocupação normalmente está focalizada naquelas ações humanas que diretamente afetam a qualidade da vida dentro dos padrões urbanos. Montanhas, desertos, florestas e vida selvagem são considerados "wilderness", uma área para ser conservada e mantida na ausência de populações. Essas áreas são vistas como ambientes naturais semelhantes àqueles que existiram antes da interferência humana, ecossistemas delicadamente equilibrados que precisam ser preservados para nosso prazer e uso da nossa geração e das futuras. Por exemplo, o conceito de vida selvagem como área não-habitada influenciou o pensamento e a política do mundo ocidental. A conservação é vista através de uma janela para o passado, para o início remoto da humanidade, bem antes do conforto da vida moderna. Gostamos de conservar e preservar aquilo que lembra nosso lugar no tempo evolutivo e que contrasta com nossas crenças sobre a natureza humana. E, no entanto, pesquisas recentes indicam que muita vida selvagem tem sido influenciada pelas atividades humanas"* (p.271-272).

Sintetizando, a corrente preservacionista, que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Ela se baseava, sem dúvida, nas conseqüências do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por

outro lado, desconsiderava o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. Esse modelo de convivência parecia não ser mais possível para aqueles ideólogos da "conservação".

Esse modelo de conservacionismo se espalhou rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre "povos" e "parques". Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada por Muir e os primeiros "ideólogos" dos parques nacionais norte-americanos. Como afirmam Gomez-Pompa e Kaus (1992):

> *"conservacionistas tradicionais vêem o valor estético, biológico e ecológico, mas não-necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado"* (p.273).

2. HISTÓRICO DA NOÇÃO DE PARQUES NACIONAIS E O SURGIMENTO DAS PREOCUPAÇÕES COM AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE MORADORES

Os bases teóricas e legais para se reservar grandes áreas naturais foi definido na segunda metade do séc. XIX quando da designação de milhares de hectares da região nordeste de Wyoming como Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. De acordo com Nash, essa destinação foi "o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público". Em seguida, o Canadá criou seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894 e a África do Sul e Austrália em 1898. A América Latina foi um dos primeiros continentes a copiar o modelo de parque nacional sem população residente. O México estabeleceu sua primeira reserva florestal em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 com objetivos similares ao de Yellowstone, isto é: proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usofruto dos visitantes (de fora da área).

Já na Europa, os parques nacionais, como o dos Alpes, criados em 1914, foram criados para manter áreas naturais onde se pudessem realizar pesquisas de flora e fauna. No entanto, a nível mundial não havia definição universalmente aceita sobre os objetivos dos parques nacionais. Para definir o conceito foi convocada a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, 1933, onde participaram também delegados das administrações coloniais africanas. Aí definiram-se três características ao parque nacional:

a) são áreas controladas pelo poder público;

b) para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida. c) e que devem servir à visitação pública.

Em 1959, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas organizou a primeira Lista dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes.

Em 1960 a UICN, criada em 1948, estabelece a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para a promoção, monitoramento e orientação para o manejo de tais áreas.

Em 1962 realizou-se em Seattle - USA a Primeira Conferencia Mundial sobre Parques Nacionais. As principais recomendações foram: estímulo à criação de parques nacionais marinhos, à educação ambiental, às pesquisas planejadas, à criação de unidade de proteção para cada espécie ameaçada e à proibição de usinas hidroelétricas dentro dos parques.

Na 10ª Assembléia Geral da UICN, em 1969 em Nova Delhi - India, recomendou-se que o conceito de parque nacional fosse aplicado somente:

a) em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humana; os sítios geomorfológicos e hábitats de especial interesse científico, educacional e recreativo ou contenham paisagens naturais de grande beleza;

b) onde a responsabilidade geral cabe ao Estado;

c) onde se permite a entrada de visitantes. Para Áreas que não tenham es sas caraterísticas foram propostas outras formas de unidades de conservação.

Um outro marco importante para a definição de parques nacionais foi o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962, em Bali - Indonésia. Nesse Congresso houve uma evolução no conceito de parque nacional, sobretudo no tocante à sua integração com o desenvolvimento sócio-econômico. Os parques nacionais deveriam desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação. Ficou estabelecido que a estratégia de parques nacionais e unidades de conservação somente ganharia sentido com a elevação da qualidade de vida da população humana dos países em vias de desenvolvimento, sem o que ela seria forçada a super-explorar os recursos naturais e com a redução do consumismo dos países industrializados.

Começa a aparecer nesse Terceiro Congresso, de forma mais clara, a relação entre as populações locais e as unidades de conservação. A degradação de muitos parques nacionais no Terceiro Mundo é tida como resultado da pobreza crescente das populações locais. O congresso de Bali reafirma os direitos das sociedades tradicionais a sua determinação social, econômica, cultural e espiritual; recomenda que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investiguem e utilizem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas e que haja decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas, considerando a variedade de circunstâncias locais. Em nenhum momento, no entanto, se reconhece explicitamente a existência de populações locais dentro dos parques nacionais dos países do Terceiro Mundo e nem os conflitos gerados com sua expulsão, ao se instituir os parques nacionais.

Essas posições, em grandes linhas coincidem com as propostas na Estratégia Mundial para a Conservação publicada pela UICN em 1980. Nesse documento há uma ênfase na proteção da diversidade biológica e genética. Enfatiza-se também o conhecimento profundo e detalhado dos ecossistemas e das espécies com os quais as populações tradicionais se encontram em íntimo contato e sabem como aproveitá-los de maneira sustentável. A Estratégia recomenda também que os sistemas tradicionais de manejo sejam

incentivados, sem mencionar no entanto que se trata de populações locais vivendo dentro ou fora das unidades de conservação.

Em 1985, o debate sobre populações em parques já ganhava uma audiência muito mais vasta que a das organizações ambientalistas tradicionais. Nesse ano, um número inteiro da conceituada revista Cultural Survival (vol 9, n.1, fevereiro) foi dedicada ao tema sob o título: Parks and People. O editor da revista, Jason W. Clay inicia a série de artigos criticando a expulsão das populações tradicionais, indígenas ou outras, das unidades de conservação, expondo, a seu ver, quais seriam as funções das áreas protegidas:

> *"As áreas protegidas" poderiam garantir a sobrevivência dos hábitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlado pelos moradores locais. As populações nativas podem se beneficiar da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo".*

Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente o são. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é valioso para o conhecimento do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional (Clay, J. 1985, p.2 e 5).

Deihl, (1985) no mesmo número do Cultural Survival concluiu que a expulsão dos Masai dos parques do Quênia e Tanzânia levou a uma ruptura da relação entre o homem e as espécies de animais, levando a uma superpopulação dos últimos e a uma ameaça à própria sobrevivência dos parques. Além disso, os Masai regularmente queimavam o campim das savanas onde pastavam seu gado e os animais selvagens. Com o fim das queimadas, as pastagens se transformaram em áreas de arbustos imprestáveis como alimento para os animais.

A Conferência da UICN sobre Conservação e Desenvolvimento : pondo em prática a Estratégia Mundial para a Conservação, realizada em Ottawa - Canadá,(IUCN,1986) coloca de forma mais clara a relação entre populações tradicionais e as unidades de conservação. O Workshop nº. 3 que tratou dos povos tradicionais e o desenvolvimento sustentado decidiu convocar governos, ONGS e outras instituições:

a) a reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza;

b) a assegurar aos povos tradicionais (indígenas, tribais e tradicionais) a participação no controle de uso dos recursos compartilhados;

c) a assegurar que os governos nacionais dêem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas;

d) a assegurar consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de parques.

Nessa conferência se recomenda, de maneira mais incisiva que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque ou que não sejam reassentados fora dele sem seu consentimento (UICN, 1986).

Foi portanto, ao que parece, nessa Conferência que a situação dos povos tradicionais vivendo em parques foi tratada de forma explícita pela primeira vez.

Já a 27ª Sessão de Trabalhos da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da UICN, em Bariloche, (UICN,1986 b) enfatiza o papel das áreas protegidas para o desenvolvimento sustentado, mas reconhece que a preservação dessas áreas depende da solução da questão das populações humanas.

> *"En ultima instancia es del pueblo de um pais el que decidirá el alcance de las actividades conservacionistas. Las medidas conservacionistas que no son socialmente aceptables para la mayoria de la población a la larga fracassarán. Posiblemente sea este aspecto de la planificación de la conservacións, o sea la dimensión humana, el que requiera la mas fuerte arremetida en los proximos años, especialmente en la Region Neotropical donde una densa poblacion rural todavia depende de muchos de los recursos naturales a menudo extraidos de làs áreas protegidas"* (p. 115).

No entanto, o Plano de Ação Nahuel Hauapi(IUCN,1986 b) somente menciona os conflitos entre as áreas protegidas e as zonas adjacentes a essas. As ações recomendadas para minorar ou resolver esses conflitos vão desde a necessidade de aumentar o número de pesquisas de ecologia humana, promover o desenvolvimento integrado das populações circunvizinhantes ao parque, através da implantação de "zonas tampão" até o recrutamento de pessoal local para trabalhar na administração dos parques.

A proposta de zona tampão, no entanto, foi criticada por Ghimire, (1991), ao estudar a Tailândia e Madagascar pois os projetos aí desenvolvidos não visavam realmente a

melhoria das condições de vida dessas populações, mas influenciá-las na aceitação das unidades de conservação criadas sem sua anuência.

O Nosso Futuro Comum, documento oficial da Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento e o Meio-Ambiente (1986), em seu capítulo 6 trata da questão da preservação da diversidade biológica e enfatiza que a conservação bem planejada dos ecossistemas contribui de muitas formas para a consecução das metas principais do desenvolvimento sustentável. A proteção de faixas vitais de terras selvagens ajuda também, por exemplo a proteger terras agricultu ráveis. Além disso propõe uma nova abordagem (a do prever e evitar) distinta da tradicional que cria parques nacionais isolados da sociedade (p.173).

O termo "povos tradicionais" é usado pelo Nosso Futuro Comum ao se referir:

> *" às minorias culturalmente distintas da maioria da população e estão quase que inteiramente fora da economia de mercado. Uma interpretação mais ampla é necessária para incorporar sociedades minoritárias que têm as características dos grupos tradicionais - incluindo um corpo de conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos e que ainda não estão intimamente ligados à economia de mercado"*(p. 25).

A UICN, no entanto, no documento From Strategy to Action em 1988, ao recomendar medidas para colocar em ação ao documento Nosso Futuro Comum relaciona a necessidade de se proteger ao mesmo tempo a diversidade biológica e a cultural. Esse documento afirma:

> *" A UICN há muito tempo vem se preocupando com a perda da diversidade das culturas humanas, consciente de que parte da riqueza da vida humana no globo se deve às interrelações entre os povos e seus hábitats locais. A perda de culturas ou do conhecimento tradicional das culturas que sofrem mudança social rápida é um problema pelo menos tão grave quanto a perda das espécies"* (p. 25).

No referido documento, a UICN recomenda que se dê um valor adequado aos direitos, ao conhecimento e à experiência dos povos tradicionais; que se divulguem trabalhos sobre os sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais, e que se elaborem projetos de conservação que se beneficiem diretamente do conhecimento acumulado pelas populações tradicionais (p. 26).

McNeely, J. (1988) - discute a questão dos incentivos e desincentivos para a manutenção da diversidade biológica e trata da questão das populações tradicionais e locais. Para ele, dependendo dos recursos naturais, as populações rurais muitas vezes desenvolveram seus próprios meios de conseguir uma produção sustentada. Recursos biológicos estão muitas vezes sob ameaça porque a responsabilidade pelo seu manejo foi retirada das pessoas que vivem deles e transferida a agências governamentais localizadas nas capitais dos Estados. Mas os custos da conservação recaem tipicamente sobre as populações rurais que de outra maneira poderiam se beneficiar diretamente da exploração desses recursos. Pior ainda, as populações rurais que vivem próximas às áreas de grande diversidade biológica estão freqüentemente entre as mais pobres. Sob tais condições, o morador é freqüentemente forçado a explorar os recursos do parque nacional. A partir dessa constatação, o autor propõe incentivos que levem aos moradores a conservar os recursos naturais da área (Mc Neely, 1988).

O Manual : para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos (IUCN, 1986c) , apresenta, de forma explicita, a preocupação com as populações nativas dentro dos parques e aí são feitas recomendações de como incorporá-las nas unidades de conservação.

No cap.5 intitulado: "Integrando as unidades de proteção em programas de desenvolvimento regional", analisa-se a importância das áreas de proteção para o bem-estar da população de uma região e propõe-se a implantação de buffer zones (zonas tampão) como forma de proteger as áreas de preservação total e se permitir algumas atividades econômicas compatíveis com a conservação.

O cap.6 é específico sobre populações dentro das unidades de conservação. Aí podem-se encontrar posições bastante favoráveis à incorporação das populações chamadas nativas nas unidades de conservação.

Os autores começam afirmando que algumas categorias de unidades de conservação como as Paisagens Protegidas (cap.V), as Reservas Antropológicas (cap.VII) e as Reservas da Biosfera (cap. IX) podem ser habitadas por populações nativas. Em outras categorias, "a presença de populações nativas pode algumas vezes ser aceitável quando estas vivam em harmonia com a natureza e possam ser consideradas, de certa maneira, como parte dela" (p.99). Em outros casos, afirma o Manual, quando não há população tradicional vivendo nas unidades, pode-se permitir a coleta dos recursos naturais da reserva em forma sazonal e seu uso para atividades religiosas e espirituais dessas populações.

O Manual afirma que:

"toda a questão da proteção de culturas tradicionais (indigenous) é altamente sensível. Onde os administradores proibiram a prática de direitos tradicionais nos parques nacionais e outras áreas protegidas, foram duramente criticados. Por outro lado, aqueles que procuram preservar as "culturas primitivas " também são criticados por tentar impedir o acesso dessas populações à tecnologia e às modernas formas de vida". (p.99).

Segundo o mesmo Manual:

"há muitas áreas em que as populações nativas, seguindo suas culturas tradicionais, protegem grandes áreas de ecossistemas essencialmente naturais e coletam os recursos naturais de forma sustentável. Esses povos e os administradores de áreas protegidas precisam chegar rapidamente a um entendimento. Os administradores podem aprender muito sobre a conservação e uso de recursos naturais, enquanto que a conservação de áreas naturais podem oferecer uma grande oportunidade para a sobrevivência das culturas tradicionais". (p.100).

O Manual chama a atenção para a necessidade de se realizar estudos sócio-econômicos sobre as comunidades afetadas quando da criação dos parques. Esse "survey", segundo o Manual deveria delinear a diversidade étnica das comunidades e de sua estrutura social, incluindo a localização, relações de parentesco, cerimoniais, relações de trabalho e atividades econômicas. Esse enfoque permite às autoridades uma melhor percepção das comunidades locais e evita a desorganização sociocultural.

Exemplos citados no Manual dão conta de experiências mais modernas de compatibilização das unidades de conservação e populações tradicionais. Um dos melhores exemplos é o dos Kunas, do Panamá que transformaram parte de seu território em unidade de conservação onde foram implantadas uma estação de pesquisa e alguma infra-estrutura para receber turistas.

"Ao estabelecer uma área protegida, os Kuna mantiveram o controle de seus territórios tradicionais e de sua cultura, reafirmaram a importância da conservação e retiraram benefícios econômicos da área protegida" (p.101).

Finalmente, o Manual alerta para a necessidade de se verificar a questão do aumento demográfico eventual das populações tradicionais vivendo dentro das unidades de conservação. Nesse sentido deve-se proibir a construção de casas por não-residentes. Quanto à agricultura tradicional, esta deve ser admitida, mas em áreas bem definidas, além de se estabelecer uma zona tampão entre estas e as de preservação permanente. As estradas devem ser restritas ao uso dessas populações.

No caso de uma desorganização cultural que possa ameaçar a integridade da unidade, pode-se pensar em outras soluções, como incorporar a área e sua população em projetos de desenvolvimento rural, transformando a área dos moradores em "uso múltiplo". Na maioria desses casos, o Manual propõe a constituição de "zonas tampão" onde atividades como coleta de recursos naturais (plantas, pesca, fibras, material para artesanato, pastagem temporária, etc) são permitidas.

É importante se assinalar que o Manual relata várias experiências que permitem às populações tradicionais que vivem no entorno das unidades de conservação a extração de recursos naturais renováveis em caráter sazonal. No tópico: coleta direta em áreas protegidas e zonas tampão (p.106) o Manual afirma que pode-se recomendar a coleta manejada de certos recursos naturais das áreas protegidas, como forma de compensação pela perda de acesso a esses recursos pelas populações locais. Listam-se atividades como: ervas medicinais, frutos e sementes, barro para cerâmica, coleta de fibras, madeira para lenha. Reafirma-se que essas atividades devem ser feitas de forma controlada, manejada e com bases ecológicas. Citam-se exemplos como a permissão de coletar material de cobertura de casas tradicionais (ex. sapé) e pastagem sazonal do Parque Nacional de Chitwan, no Nepal, no Parque Nacional de Matabo, no Zimbabwe. O Manual também enfatiza a necessidade de se conhecer melhor os sistemas tradicionais de manejo operados pelas populações tradicionais tanto no uso dos recursos florestais quanto pesqueiros. Esses sistemas podem se constituir numa base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

A mais recente publicação da UICN/PNUMA e WWF entitulada Cuidar La Tierra (1991) também levanta a questão das populações tradicionais e seus direitos históricos sobre os territórios que ocupam. Afirma-se que:

"há cerca de 200 milhões de pessoas pertencentes a grupos autóctones, ou seja 4% da população mundial, que vivem em ambientes distribuídos entre os gelos polares até desertos tropicais, passando pelas florestas úmidas. As terras onde vivem essas populações são, via de regra pouco aptas para uma agricultura com alto consumo de energia externa ou para a produção de matéria prima para a indústria, mas representa comunidades culturais muito definidas com direitos históricos ao seu aproveitamento e ocupação. A cultura, a economia dessas comunidades se encontram indissoluvelmente vinculadas ao seu território e os recursos naturais. O componente de subsistência de tais economias segue sendo ao menos tão importante como o da comercialização. A caça, a pesca, a captura de animais com armadilhas, a coleta e o pastoreio são ainda fontes de alimentação, matérias primas e fontes de renda. Ademais, graças a essas atividades, as comunidades autóctones podem perceber-se como grupos específicos e confirmar a continuidade de seu passado e sua unidade com o mundo natural" (p. 70).

Com frequência se considera que essas populações só podem escolher entre duas opções: continuar sua forma antiga de vida baseada na subsistência ou abandoná-la, assimilando-se à sociedade dominante. Segundo o documento Cuidar la Tierra, isso não é assim, pois existe uma terceira alternativa, a saber, modificar sua economia de subsistência, combinando formas antigas e novas de manter e promover sua identidade, sem opor-se à evolução de suas sociedades e de seus sistemas econômicos.

A esse respeito, haverá que:

-" reconhecer os direitos originais dos povos a suas terras e recursos, o que envolve o direito de explorar os animais e plantas de que depende sua sobrevivência, a obter a água necessária para seu gado, a manejar os recursos naturais e participar eficazmente nas decisões que afetam suas terras e recursos,

- assegurar que as fases, o ritmo e o tipo de desenvolvimento escolhido reduzam ao mínimo os efeitos ambientais, sociais e culturais que afetam negativamente as populações autóctones e que elas obtenham a parte que lhes corresponde da renda gerada.

- assegurar que os tomadores de decisão, os planejadores do desenvolvimento, os cientistas conservacionistas e os administradores da

> *conservação cooperem com as populações locais para estabelecer um enfoque comum a respeito do manejo dos recurso naturais e do desenvolvimento econômico"* (p.71).

Uma nítida mudança de rumo aconteceu no IV Congresso Mundial de Parques em Caracas, fevereiro de 1992, que teve um título bastante significativo: Povos e Parques. Essa preocupação foi reforçada por um dado publicado pela UICN (1992) de que 86% dos parques da América do Sul têm populações permanentes. Esse tema foi de fato central no Congresso. O "workshop" mais concorrido foi o "Populações e Áreas Protegidas". Um fenômeno interessante é que havia nessa reunião uma representatividade de países, sobretudo do Terceiro Mundo muito maior que nos outros "workshops", o que demonstrou a preocupação pelo tema. Essa reunião recomendou um maior respeito pelas populações tradicionais, possuidoras, muito freqüentemente de, um conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem, a rejeição da estratégia de reassentamento em outras áreas e sempre que possível, sua inserção na área de parque a ser criada.

Esse congresso demonstrou que, de fato, o problema maior dos Parques é convencer as populações, sobretudo as locais, dos benefícios das áreas protegidos, tal como havia previsto a reunião do CNPPA em Bariloche.

Na conferência da Primeira Sessão Plenária, McNeely (1992) assinala os problemas que afetam as áreas protegidas e entre os cinco descritos, três dizem respeito aos diversos conflitos com as populações locais. O autor ainda afirma que as comunidades locais deveriam ser compensadas pelas limitações impostas pelo não-uso dos recursos naturais. O autor ainda enfatiza a necessidade da contribuição das ciências sociais para o entendimento das necessidades das populações locais, conflitos, etc.

O "Boletim" da UICN (jun/1992), resumindo as posições e recomendações do IV Congresso reitera que "Los espacios naturales pueden contribuir en gran medida a conservar la diversidad cultural al mismo tiempo que la biologica. Las comunidades humanas que residen en ellos o en sus proximidades tienen con frecuencia unas relaciones importantes y duraderas con el território"(p.13).

Shridath Ramphal, Presidente da UICN, em seu discurso inaugural (IUCN,1992) afirma:

> *"Debemos buscar la manera de consequir que los espacios protegidos proporcionen mais beneficios a la población local. "Parques para la vida" no debe traducirse en la inmovilización de unos recursos en beneficio solamente de un turismo de lejanas terras o de científicos ávidos*

de verdades ecológicas dificiles de hallar. Sencillamente, si la población local no admite los espacios protegidos, éstos no deben mantenerse. No protegeremos los parques si al tiempo no protegemos a la poblacion y no protegeremos a la poblacion si no protegemos los parques" (p.13)

O próprio Banco Mundial tem mostrado sinais de alteração de sua política relativa as populações tradicionais. Assim em recente relatório (Cleaver,1992):

" na criação de áreas protegidas os povos da floresta não devem ser removidos ou reassentados, nem deveriam sofrer restrições severas restrições quanto ao uso tradicional dos recursos naturais" (Bailey, R. et al 1992).

3. PARQUES NACIONAIS E CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Desde a descoberta, o Brasil foi carregado pelo imaginário Europeu; a descrição do país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido. Cronistas informam da existência de um país excelente por seu clima, da presença de inúmeros animais e de uma floresta exuberante: (Pádua, 1987). A própria carta de Caminha descreve uma terra onde as águas são muitas. O país teve seu nome de uma árvore importante, o pau-brasil, símbolo, no entanto, da exploração desenfreada que levou à sua extinção. A destruição da natureza no Brasil, desde o início parece estar ligada ao interesse do colonizador de não se fixar aqui, mas levar tudo para o Reino, como afirmava Frei Vicente:

> *" por mais arraigados (os colonizadores) que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída" (Frei Vicente Salvador, 1965, cap II).*

José Bonifácio, no início do séc. XIX tinha grande preocupação com a destruição das matas. Para ele, a visão da natureza era distinta da dos romancistas. A natureza era um grande livro, cujo segredo e riquezas poderiam ser arrebatados pelo conhecimento científico. Ele combatia o corte das florestas pois tinha estudado os efeitos do desmatamento sobre a fertilidade dos solos em Portugal.

> *"Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente"*
>
> *(José Bonifácio, 1962, p.31)*

Além disso, o autor se voltava contra a escravidão. Propunha uma sociedade de agricultores livres, forma também de se preservar melhor as matas:

"pois é evidente que se a agricultura se fizer com braços livres dos pequenos proprietários ou jornaleiros por necessidade e interesse serão aproveitadas essas terras (...) e deste modo se conservarão, como herança sagrada para nossa propriedade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizarão tão belo pais" (op. cit. Vol. II, p.137).

É interessante se observar que José Bonifácio, já em 1821 propunha a criação de um setor administrativo especialmente responsável pela conservação das florestas uma vez que várias áreas da Mata Atlântica, especialmente no NE tinham sido destruídas para a construção de barcos.

André Rebouças, que lutou pelos primeiros parques nacionais, se posicionou abertamente contra os desmatamentos e pelo uso de técnicas modernas no trato da terra . Combatia ao mesmo tempo as causas do desmatamento: o monopólio das terras, a escravidão e o landlordismo (Sidney Santos, 1985). Esses autores eram influenciados pelo positivismo que davam ênfase à necessidade do desenvolvimento da ciência positivista para resolver os problemas do atraso econômico e social no Brasil. Aliada à ciência e tecnologia, estava a missão de construir aqui uma "civilização". Euclides da Cunha, um de seus representantes, continuava o protesto contra a destruição da natureza: destruir a natureza era obstruir o próprio processo da evolução.

A primeira idéia e proposta de criação de parques nacionais partiu do abolicionista André Rebouças em 1876 que tinha como modelo os parques norte-americanos. A idéia, no entanto, de criar parques na Ilha do Bananal e Sete Quedas não vingou naquele momento.

A Constituição de 1937, endossando a de 1934, que definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que os monumentos históricos artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios.

O primeiro parque nacional foi criado em Itatiaia em 1937 com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A proposta foi feita inicialmente pelo botânico Alberto Lofgren, em 1913, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos.

Esse parque foi criado usando o artigo 9 do Código Florestal aprovado em 1934 que definiu parques nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares o mereçam (Quintão, 1983).

Também aqui, os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, coletores e ribeirinhos que nela moravam. Nos Estados Unidos, por exemplo, se prevê e se estimula a construção de hotéis para receber os turistas e visitantes. Tanto aqui como lá, o objetivo é conservar um área "natural" contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas "áreas naturais" estarem sendo habitadas por populações que nada têm de "modernas" e "tecnológicas". Ao contrário, em sua grande maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas.

A expansão do número de parques nacionais foi bastante lenta e somente em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso. Em setembro de 1944, pelo decreto nº16.677, atribui-se a Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, criado em 1921 o encargo de orientar, fiscalizar coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais. O mesmo decreto definiu os objetivos dos Parques Nacionais: conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões: organizar museus e herbários regionais.

O Governo Brasileiro, por sua vez, aprovou as recomendações da Convenção Panamericana que definiu parques nacionais como áreas estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna, de importância nacional, das quais o público pode aproveitar-se, ao serem postas sob supervisão oficial.

Até aquele momento, os parques nacionais foram criados na região sudeste-sul, a mais populosa e urbanizada do país. Somente a partir da década de 60, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas foram criados parques em outras regiões. Entre 1959 e 1961 foram criados 12 parques nacionais, sendo 3 deles no Estado de Goiás e um no Distrito Federal (Quintão, 1983).

A expansão da fronteira agrícola para a Amazônia trouxe consigo a criação de algumas unidades de conservação importantes nessa região. Essas propostas partiram sobretudo de preocupações científicas e ambientalistas com o rápido desmatamento da Amazônia (Quintão, 1983).

Na Amazônia o Programa de Integração Nacional (PIN) propos em 1970, 15 polos de desenvolvimento na região e a criação de unidade de conservação. Em 1974 foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, com 1.000.000 de ha, e em 1979 três

novos parques são criados na região (Pico da Neblina, Pacaas Novos e Serra da Capivara). Em 1975, o II Plano Nacional de desenvolvimento também previa a criação de novas unidades de conservação na região amazônica.

Em 1965, o novo código florestal definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Nesse ano já haviam sido criados 15 parques nacionais e 4 reservas biológicas. (Quintão, 1983).

O decreto n.289, de 28 de fevereiro de 1967 cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ligado ao Ministério da Agricultura e a ele cabe a administração das unidades de conservação. Em 1979, seguindo-se as recomendações da reunião de Nova Delhi, ficou instituído o Regulamento dos Parques Nacionais do Brasil.

Em 1979 o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil cujo objetivo principal era o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades. Além disso o Plano se propunha a rever as categorias de manejo até então existentes, uma vez que as duas únicas existentes (parques nacionais e reservas biológicas) eram consideradas insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos (IBAMA Funatura, 1989). Nesse plano foi recomendada a criação de outros tipos de unidades de conservação, mas a legislação correspondente não seguiu a recomendação.

A partir de 1979 dá-se um grande impulso à criação de novas unidades e entre essa data e 1983 criam-se 8 parques nacionais, sendo 4 deles na Região Amazônica. No mesmo período foram criadas 6 reservas Biológicas, sendo 5 delas na Região Amazônica.

Avaliando-se o período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil,(1970 - 1986), tratando-se de um período de regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem se consultar as regiões envolvidas , muito menos as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições a eles impostas quanto ao uso dos recursos naturais.

Em segundo lugar, esse período coincidiu com o grande endividamento externo brasileiro com solicitação de financiamento junto a entidades bi ou multilaterais. Essas organizações, como o Banco Mundial e o BID, começaram a colocar e fazer respeitar cláusulas da conservação ambiental para grandes projetos (criação de unidades de conservação, áreas indígenas), sobretudo na Amazônia. Nesse período havia pouca mobilização social para a criação de unidades de conservação, dependendo principalmente da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao Governo Militar.

Um dos grandes paradoxos desse processo é que a partir de 1967 até a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), em 1989, coube ao IBDF,(Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal) a implantação e administração das unidades de conservação. Esse orgão federal era comprometido com o desmatamento de grandes áreas de florestas naturais para a implantação de projetos de reflorestamento para fins industriais.

Em 1989, com a criação do IBAMA, o estabelecimento e administração das unidades de conservação passou para esse novo orgão.

Em 1989, o IBAMA encomendou à Funatura, organização não-governamental, uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação estabelecido em 1979. Essa proposta contida em "Sistema Nacional de Unidade de Conservação aspectos conceituais e legais, Brasília, 1989" parte dos mesmos princípios que nortearam o estabelecimento de unidades de conservação nos países industrializados, sem atentar para a especificidade existente em países do Terceiro-Mundo, como o Brasil.

A posição do documento IBAMA / Funatura é, em primeiro lugar derrotista ao afirmar:

> *"A ocupação da terra pelo homem, ampliada em larga escala no transcurso do presente século como decorrência inevitável da expansão demográfica descontrolada e do rápido desenvolvimento tecnológico, permite antever que, em futuro não distante, as derradeiras regiões realmente primitivas do planeta serão somente aquelas submetidas a regimes especiais de proteção"* (p.1).

Essa visão antevê uma terra destruída, contendo "ilhas de conservação" e conclui que:

> *"a forma mais eficiente de reduzir o ritmo desse empobrecimento irreversível, e em muitas situações a única possível, é o estabelecimento de uma rede de áreas naturais protegidas, selecionadas com base em um planejamento abrangente, obedecendo a critérios científicos, nas quais se resguarde o maior número possível de espécies animais e vegetais, bem como os ecossistemas hoje existentes"* (p.2).

Nessa proposta, nada se diz a respeito do uso sustentado dos recursos naturais nas áreas fora das unidades de conservação, nem se valoriza o comportamento das

comunidades chamadas tradicionais que por seu modo de produção e tecnologia patrimonial contribuíram para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Perde-se, na proposta do IBAMA/Funatura uma ocasião histórica de se rever as várias categorias de unidades de proteção adaptadas às realidades dos países do Terceiro Mundo que apresentam uma grande diversidade de culturas não-industriais (populações indígenas, de seringueiros, pescadores, extrativistas, etc.). A única inovação, incluída ainda que desconfortavelmente nessa proposta, é a da reserva extrativista, na verdade, uma categoria que brotou da luta das populações de seringueiros da Amazônia.

Em 1992 foi enviada ao Congresso uma nova proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O SNUC em sua proposta atual (projeto de lei nº 2.892) reflete mais uma vez a visão extremamente conservadora da questão da conservação ambiental no Brasil, e se situa bem aquém do que se debate a nível internacional, e mesmo o que se propõe a nível de outros Estados, como de São Paulo para solucionar o caso das populações tradicionais.

Em primeiro lugar, o chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação vê essas unidades como verdadeiras "ilhas" interligadas entre si para constituir um sistema. Não há nenhuma consideração substancial de como esse sistema contribui para a conservação e o desenvolvimento sustentado do país como um todo. Essa noção de "ilhas de conservação" vem sendo criticada pela UICN há vários anos (1986). Em suma, o SNUC é um "sistema fechado", isolado da realidade do espaço total brasileiro que vem sendo amplamente degradado e "mal-desenvolvido" há décadas.

Em segundo lugar, não há nenhuma referência mais séria a uma das questões básicas do conservacionismo no Terceiro Mundo; a compatibilização entre a necessidade de se aumentar as áreas de proteção da natureza e a presença de "moradores" na maioria dos ecossistemas a serem preservados. Parece haver uma intenção premeditada em escamotear essa questão tão presente na maioria dos países do Terceiro Mundo (Ghimire, 1991; Diegues, 1989, 1992a, 1992b, 1992 c).

Entre os 9 objetivos do SNUC somente o V fala em estimular o desenvolvimento regional integrado, mas de forma totalmente inócua. Não há nenhum objetivo relacionado á proteção da diversidade cultural das populações que vivem dentro de unidades de conservação ou em seus arredores. Também não há nenhuma referência à necessidade de se proteger a diversidade cultural como forma de se proteger a diversidade dos ecossistemas e vice versa, o que ao nosso ver já constitui uma aquisição de uma "nova abordagem" para a conservação. Essa visão antiquada de conservação se reflete no fato de se incluir somente a "reserva extrativista" como unidade de "terceira categoria" (até em ordem de importância) quando as categorias da UICN incluem outras como as "reservas

antropológicas" e as "reservas da biosfera" cunhadas especificamente para resolver os conflitos entre populações locais e os objetivos da preservação estrita.

Em quarto lugar, ao contrário do que faz a UICN, o SNUC estabelece uma hierarquia entre as várias categorias, subentendendo-se nas entrelinhas que há um julgamento de valor entre as "mais completas e importantes" (as unidades de proteção integral) e as menos importantes: as unidades de manejo sustentável, onde se prevê, de modo tímido a presença de populações locais. Outra vez essa hierarquização parte de uma visão reducionista da realidade como se as unidades de proteção integral fossem mais importantes para a conservação que as unidades de manejo sustentável. Além disso, as unidades que prevêem "visitantes", como os parques, também exigem "manejo sustentável"; caso contrário um número excessivo de "visitantes" levaria igualmente à degradação dessas unidades. É importante se lembrar que a própria UICN não estabelece divisões hierárquicas ou não entre as várias categorias (UICN, 1978, 1982). Todas as unidades devem ter a mesma importância, mesmo aquelas que prevêem a presença humana. Isso se deve ao fato de que a "preservação" de ecossistemas só é possível dentro de uma visão mais harmoniosa que a sociedade global e as locais devem ter das questões de conservação da natureza. Essa visão é sempre o resultado de uma relação entre ambas e não de seu isolamento forçado. Nessa proposta, como nas anteriores, a sociedade é a grande ausente e no entanto é aceito internacionalmente que sem ela não haverá nem conservação nem preservação da natureza. Mais do que isso, já é sabido que as comunidades locais a serem afetadas pela criação de unidades de conservação devem ser tratadas como aliadas e não adversárias da conservação e que seu alijamento do processo decisório pode transformá-las, no final, em sérias adversárias de uma preservação da natureza mal concebida e mal desenvolvida.

Em quinto lugar, o cap.5 da nova proposta do SNUC acima mencionada, que trata da criação, implantação e manutenção das unidades de conservação apresenta uma visão tecnocrática e autoritária da conservação. As propostas de novas UC's devem, segundo o texto, partir de estudos técnico científicos", e serem submetidas pelo IBAMA ao CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), sem se mencionar a participação da sociedade em sua definição, sobretudo a das comunidades locais que serão afetadas pelas restrições de uso dos recursos naturais. A nosso ver, é fundamental a participação desses grupos sociais na definição da categoria mais adequada, como recomendam os vários estudos recentes da UICN.

Em sexto lugar é preciso dar mais lugar a categorias já existentes em outros países, que contemplem a valorização de uma relação mais harmoniosa entre as comunidades locais de moradores dentro e fora das unidades. Mais do que isso é preciso distinguir entre as formas de relação sociedade-natureza que são perniciosas e danosas e

aquelas que conduzem e são mais condizentes com a preservação da natureza. Nesse projeto não se faz diferença entre essas formas de relação nem entre os vários grupos sociais e seus sistemas de reprodução social, cultural e econômica. São colocados no mesmo cesto os grupos madeireiros, especuladores e as comunidades locais tradicionais. É evidente que eles participam de objetivos de produção diferentes e devem ser tratados diferenciadamente.

Em sétimo lugar, como afirma Ghimire (1991) não basta tentar somente solucionar conflitos gerados com as populações de moradores locais tradicionais pela implantação mal planejada de unidades de conservação. É preciso se melhorar as condições de vida dessas populações, sem afetar essencialmente sua relação mais harmoniosa com a natureza. Isso implica em dizer que a conservação custa caro, não somente em fiscalização, criação de infra-estrutura, etc, mas em investimentos na infra-estrutura econômica, social e também nos aspectos culturais das populações tradicionais. Não se trata somente de indenizá-las pela sua perda de acesso livre ao uso dos recursos naturais mas também em recompensá-las pelo trabalho exercido em prol da conservação da natureza. Sem elas, muitos dos ecossistemas hoje transformados em unidades de conservação já teriam sido destruídos. Há aqui não somente um problema de equidade social, de respeito aos direitos humanos, mas uma questão profundamente ética. É muito fácil se obrigar populações locais isoladas, sem poder político a aceitar as unidades de conservação que exigem sua expulsão e a desorganização de seu modo de vida em prol da "natureza" em benefício da "sociedade nacional". Essa sociedade nacional é com razão, identificada pelas populações locais prejudicadas com a chamada "conservação" com os grupos da elite econômica urbanizada ou residente em áreas agrícolas monocultoras hoje prósperas porque destruíram as florestas e aí plantaram soja, cítricos e por isso hoje são ricos e detêm poder. Ou ainda pior, para essas populações locais, a "conservação" da natureza é identificada com os "profissionais da conservação", burocratas do Estado em busca, muitas vezes somente de seu prestígio frente a organizações internacionais de onde recebem financiamento. Ao contrário, para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. Isso não implica numa visão bucólica dessas comunidades, que muitas vezes são obrigadas a "burlar a lei" usando de forma inadequada os recursos naturais das áreas protegidas para assegurar sua sobrevivência. É aí que o Estado deve investir para evitar que isso ocorra, aceitando definitivamente a presença dos moradores tradicionais mesmo dentro de unidades de conservação que "por lei" não os autoriza a permanecer. Não somente são necessários planos de manejo discutidos com eles que impliquem em limitar a expansão de suas atividades econômicas, mas que as indenizem pelas restrições de uso

impostos pela unidade de conservação. Como afirma Mc Neely na Conferência Introdutória ao IV Congresso Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (fev.1992):

> *"A relação custo/benefício de conservar uma área protegida deve no final ser positiva para a população local se aspira à prosperidade dessa região e para isso essas populações devem ser envolvidas no planejamento e manejo das áreas protegidas, e participar de seus benefícios".* (p. 26)

Essa participação das comunidades locais implica em se estimular sua organização através da criação de associações locais. O Estado deve considerá-las como interlocutores privilegiados nesse processo participativo e não limitar a negociação com as Organizações Não-governamentais Ambientalistas, por maior poder que estas possam ter conquistado nos meios de comunicação.

Esse estímulo à participação das comunidades locais, por outro lado, não deve ser paternalista, como por exemplo destacando pessoas mais ativas, geralmente jovens para o exercício de "guarda-parques". O que sucede é a instituição oficial da delação, pois os chamados "guarda-parques locais" acabam sendo obrigados a delatar e reprimir membros da comunidade, muitas vezes os mais velhos, que para sobreviver "desrespeitam a lei". Essa instituição desorganiza ainda mais as comunidades tradicionais que baseiam sua autoridade no conhecimento e poder dos "mais velhos".

Quando se fala em respeito às populações locais, afirma-se a necessidade do Estado abandonar o sistema hoje vigente de desapropriação pelo qual os portadores dos títulos de propriedade da terra reconhecidos oficialmente são compensados regiamente e os moradores locais que usualmente não têm como regularizar sua posse quase nada ganham na desapropriação. Pior do que isso, na maioria das vezes esses moradores não são indenizados, mas são proibidos de exercer suas atividades tradicionais. As infra-estruturas geralmente precárias anteriormente existentes, como escolas, centros de saúde, estradas não são mantidas porque o regulamento da unidade de conservação não o permite. Isso na verdade os leva a um abandono forçado da região em que sempre viveram e sua mudança para as favelas das cidades vizinhas. Mais uma vez é importante se afirmar a responsabilidade que tem as autoridades da conservação em promover o bem-estar dessas populações no local em que moravam antes da criação de parques e reservas restritivas, promovendo a compatibilização entre a conservação e a melhoria das condições de vida dessas populações.

Finalmente, é importante se rever o sistema atual de unidades de conservação ora proposto para a aprovação no Congresso Nacional:

a) reconhecendo a necessidade de não reassentar as populações tradicionais que moravam nas unidades de conservação antes de sua criação;

b) de implantar medidas que melhorem as condições de vida dessas populações dentro dessas unidades, investindo em sistemas de manejo e produção que de um lado salvaguardem as necessidades de preservação de áreas consideradas essenciais e de outro lado promovam o bem estar das populações que vivem dentro e nas imediações das unidades de conservação. Os sistemas tradicionais de manejo (pesca, coleta, agricultura) coerentes com a conservação dos recursos devem ser estudados, reconhecidos e até melhorados;

c) introduzir novas categorias de conservação que levem em conta de forma integral a necessidade de se harmonizar a presença dos moradores tradicionais e da preservação.

Entre essas unidades destacam-se:

1. as "reservas antropológicas" que constam da listagem da UICN (cap VII) e que podem ser aplicadas ao caso das populações tradicionais como a "caiçara" no litoral de São Paulo, a dos jangadeiros, ribeirinhos da Amazônia, etc. De acordo com a definição da UICN (1985), as reservas antropológicas são aquelas que permitem o modo de vida das sociedades que vivem em harmonia com o meio-ambiente e que não devem ser perturbadas pela tecnologia moderna;

2. Reserva da Biosfera (cap IX): tem por objetivo conservar para o uso presente e futuro a diversidade e a integridade das comunidades bióticas de plantas e animais dentro dos ecossistemas naturais e para salvaguardar a diversidade genética das espécies das quais depende a sua continua evolução (IUCN, 1986).

O Brasil conta hoje (1990) com cerca de 15 tipos, englobando cerca de 429 unidades de conservação, a nível federal, estadual e municipal, ocupando 48.720.109 ha. Cerca de 40.000.000 ha se encontram na região Amazônica, onde existem somente 72 UC's (17%), comparando-se por exemplo com região sul-sudeste que tem mais de 80% do total das UC's, apesar de ocuparem um área de cerca 4.043.390 (ou 8% do total das UC's) (Bacha, 1992) (ver anexo 1). Milano (1985) afirma que em 1982, somente a metade dos parques nacionais e reservas biológicas contavam com planos de manejo e, assim mesmo, raros são os planos realmente implantados. Grande parte dessas unidades apresentam problemas sérios de degradação. Bacha (1992) enumera os seguintes: fiscalização deficiente, morosidade do Governo em resolver a situação fundiária e predominância dos interesses econômicos sobre os de conservação. Além disso, Bacha afirma que o governo tem criado unidades de conservação sem um conhecimento adequado das populações que vivem dentro dessas áreas. Inexistem estudos sistemáticos sobre os processos de degradação das UC's, mas por algumas informações disponíveis (NUPAUB, 1990) constata-se que a maior parte

das agressões partem de grupos de interesse e atividades externas as UC's e não das populações tradicionais (pecuária extensiva, contaminação por agrotóxicos, vinhoto, invasão de madeireiros, garimpeiros, vazamento de óleo, barragens, estradas, caça esportiva).

Constata-se também que hoje, no Brasil, existe somente um tipo de unidade de conservação que contempla e favorece a permanência de populações tradicionais. É a reserva extrativista, que como foi afirmado anteriormente, surgiu da luta dos seringueiros da Amazônia (Diegues, 1992). A reserva extrativista é definida como: área natural ou pouco alterada, ocupada por grupos sociais que usam como fonte de subsistência a coleta de produtos da flora nativa ou a pesca artesanal e que as realizam segundo formas tradicionais de atividade econômica sustentável e condicionadas à regulamentação específica. Existem (1990) cerca de 5 reservas extrativistas criadas (Rondonia, Acre e Amapá), mas nenhuma realmente implantada. O CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais), recentemente criado dentro do IBAMA, tem-se se esforçado em criar reservas extrativistas fora da Região Amazônica. Em 1992 foi criada a primeira dessas reservas para a pesca artesanal e extrativismo marinho em Santa Catarina.

Uma outra unidade que poderia colaborar para resolver a questão da permanência das populações tradicionais dentro de unidades de conservação é a Reserva da Biosfera, instituída pela UNESCO. Essa unidade prevê a presença de populações tradicionais (extrativistas, pescadores artesanais) nas áreas-tampão. A primeira Reserva da Biosfera no Brasil foi criada em 1992 junto à UNESCO e cobre parte significativa da Mata Atlântica em vários Estados do sul-sudeste. Infelizmente a forma como foi instituída não levou em conta os interesses dessas populações, uma vez que não houve um amplo processo de envolvimento delas na criação dessa reserva. Até o momento atual, a estratégia tem sido transformar as unidades de uso restritivo existentes (parques, reservas biológicas, estações ecológicas) em zona central (core zone), sem se resolver o fato de nelas existem populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais). A forma com que essa Reserva da Biosfera foi criada, na verdade, não resolve o problema da existência de populações tradicionais nessas áreas de uso restritivo. A grande dimensão espacial dessa Reserva também pouco contribuiu para um real equacionamento da presença dessas populações. Um exemplo disso é o fato da Estação Ecológica da Juréia ter sido integrada em sua totalidade como "core zone" na RB, e não se atentando para o fato que aí residem centenas de famílias "caiçaras", consideradas população tradicional.

4. O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL

A preocupação com as "populações tradicionais" que vivem em unidades de conservação é relativamente recente no Brasil, pois até pouco tempo (e até hoje para os preservacionistas clássicos são) eram consideradas "caso de policia" e deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram e foram transformadas em parques e reservas.

Essa visão preservacionista "pura" em oposição à uma outra visão de unidades de conservação integrada à sociedade reflete a própria constituição e história do conservacionismo brasileiro.

Os preservacionistas dominam as entidades conservacionistas clássicas e mais antigas, como a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), criada em 1958 e muitas outras mais recentes, como a Fundação Biodiversitas, Funatura, Pronatura etc. Estas últimas estão mais ligadas a entidades preservacionistas internacionais como a World Wildlife Federation. Elas têm ainda uma influência predominante em muitas instituições que tradicionalmente são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o IBAMA, o Instituto Florestal de São Paulo, etc. Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa.

Ideologicamente foram e são influenciados pela visão preservacionista americana, tal como foi descrita no cap.1. Para eles, a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural. "A finalidade básica de um parque é a manutenção de seus ecossistemas naturais, com um mínimo possível de alterações por ação humana. Juntamente com outras categorias de áreas protegidas, os parques serão em futuro não distante, as únicas áreas naturais do planeta (Camara, Ibsen, 1986).

Viola (1986), analisando as origens do ambientalismo brasileiro, afirma que:

> *"alguns destes ativistas naturalistas e pessoas adinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais, surgidas em vários países no séc. XIX"* (p.14)

A partir de 1971 surge um ecologismo de denúncia no Brasil, representado pela AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio-Ambiente Natural. As associações ambientalistas criadas até inícios dos anos 80 são constituídas de alguns poucos ativistas, em geral membros da classe média, de origem urbana. Sua concepção de mundo natural é muito próxima do "preservacionismo puro": as matas, rios e mares devem ser preservados como local de "admiração" da natureza e sobretudo como válvula de escape para os visitantes oriundos das poluídas zonas urbanas e como refúgios de espécies em extinção. Esses grupos urbanos serviram de apoio e mobilização para a criação de parques e reservas, p.ex. no Estado de São Paulo.

A partir de meados dos anos 80, começa a surgir um outro tipo de ambientalismo, mas ligado às questões sociais. Esse novo movimento é mais ativo e surge no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar. Esse novo ambientalismo é muito crítico do modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu durante o regime militar.

A grande destruição da floresta amazônica, seja pela destruição de seringais seja pela construção de barragens deu origem ao que Viola (1991) denomina como "ambientalismo camponês", que valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Ele é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais, pelos Movimentos Indígenas, etc. Um ponto alto desse novo movimento foi a realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingú, em Altamira, fev.1989 (Waldman, M., 1992).

Para esses movimentos, de conotação social e ambientalista, há necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas, incluindo seus moradores tradicionais. A declaração final do *I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu* aconselha a:

"não destruir as florestas, os rios, que são nossos irmãos, pois esses territórios são sítios sagrados do nosso povo, morada do Criador, que não podem ser violados". (In: Waldman, 1992, p.90).

Como exemplos dessa nova orientação podemos citar o movimento dos "caiçaras" habitantes tradicionais do litoral paulista e o dos seringueiros da Amazônia.

No Estado de São Paulo é típica a situação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins criada em 1986, como resultado de pressões de grupos ambientalistas urbanos sobre as autoridades estaduais de conservação. Durante o processo de criação simplesmente se ignorou a presença de centenas de famílias "caiçaras" que habitavam a área. Segundo a Secretaria do Meio-Ambiente de São Paulo, (1989) existe pelo menos uma centena de moradores tradicionais ameaçados de expulsão, além das dezenas que já migraram para fora da área, uma vez que foram impedidos de exercer suas atividades tradicionais (agricultura itinerante, pesca e extrativismo).

A questão das populações tradicionais começou a vir à tona, com maior força, com a organização dos moradores da Juréia que criaram a Associação dos Moradores da Juréia. Esta tem se movimentado com bastante eficiência, organizando manifestações públicas tanto localmente quanto junto à Sede da Secretaria do Meio-Ambiente, na Capital. Esta tem ultimamente tomado uma posição mais conciliatória em relação aos moradores da Juréia, levando em consideração a opinião de seus próprios técnicos mais sensibilizados com o "problema social", dos políticos locais e de algumas organizações não-governamentais e científicas que se opõem à transferência das populações tradicionais caiçaras de sua área de moradia (Oliveira,1993)

Um outro exemplo que forçou o Governo a respeitar as demandas das populações tradicionais foi a luta dos seringueiros, que resultou na criação da Reservas Extrativistas, já mencionadas anteriormente.

Há, no entanto, forte resistência de algumas organizações não-governamentais estritamente "preservacionistas" em considerar a permanência das populações tradicionais que habitavam as áreas naturais posteriormente transformadas em parques e reservas. O mesmo e pode dizer de setores importantes do IBAMA que ainda mantém uma linha bastante conservadora, muito aquém do nível e discussão existente hoje a nível internacional, como demonstrou o IV Congresso Mundial sobre Áreas Protegidas realizado em fevereiro de 1992, em Caracas. Essa visão conservadora se reflete também no projeto de lei nº.2.892, recentemente enviado ao Congresso pelo IBAMA.

5. AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Uma das dificuldades na definição de culturas tradicionais reside na variedade de concepções de cultura. Para uns (os adaptacionistas culturais, no termo de Keesing, 1974) as culturas são sistemas de padrões de comportamento transmitidos socialmente que servem para adaptar as comunidades humanas ao seu ambiente. Para outros (Goodenough, 1957), a cultura é constituída de modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo. Para outros, ainda, (os estruturalistas), as culturas são sistemas simbólicos criados pela mente humana. A cultura também pode ser entendida como sistemas constituídos por símbolos e significados socialmente compartilhados (Geertz, 1962).

Várias correntes antropológicas pretendem explicar as relações que os homens mantêm entre si e com o meio-ambiente. Assim, para Julian Stewart (1955), a Ecologia Cultural estuda os processos adaptativos por meio dos quais as sociedades são afetadas pelos ajustes básicos através dos quais o homem utiliza o meio-ambiente. Esse autor considera que certos aspectos da cultura são mais susceptíveis de uma relação mais forte com o meio-ambiente que outros. Entre esses aspectos estão as atividades econômicas, de subsistência, tecnologia, organização social. Eles constituem o "núcleo central da cultura" (cultural core) e são responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao meio-ambiente. As atividades de produção, troca, comercialização, por exemplo, são estratégias adaptativas. Um dos objetivos da Ecologia Cultural é de realizar minuciosas descrições etnográficas e a análise dos sistemas de produção constituídos por indivíduos que ocupam um determinado hábitat no meio-ambiente e suas escolhas adaptativas. Nesse sentido, o objeto do estudo são as comunidades e grupos humanos.

Uma outra corrente da Antropologia que contribui para o estudo da relação homem-ambiente é a Antropologia Ecológica (também chamada de Antropologia Neo-Funcionalista). Essa corrente reage à Antropologia Cultural, partindo da noção de "ecossistema" no qual interagem os elementos bióticos e abióticos. Nesse enfoque a sociedade é um subsistema de uma totalidade mais ampla, o ecossistema, onde os seres humanos, animais e vegetais mantêm relações bioenergéticas. Usam conceitos extraídos da cibernética, como homeostases, auto-regulação, auto-alimentação. Dentro dessa perspectiva quantificam os efeitos relativos ao consumo calórico e de energia empregados em atividades de subsistência, a capacidade de suporte dos ecossistemas, etc. Ao contrário da ecologia cultural toma como unidade de análise as populações humanas.

Entre os enfoques que mais têm contribuído para estudar o conhecimento das populações "tradicionais" está a etnociência que analisa as representações humanas da natureza e trata de descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural. A Etnoecologia utiliza conceitos da lingüística para chegar a investigar o meio-ambiente percebido pelo homem.

A antropologia neo-marxista, representada principalmente por antropólogos franceses como Godelier, Meillassoux, Terray também contribui para a análise das relações entre as sociedades chamadas "primitivas" e seu ambiente. Esses autores utilizam conceitos como os de "modo de produção", reprodução social em suas análises, além de incorporar o domínio dos mitos e representações que esses grupos têm de seu ambiente.

Como afirma ainda Godelier, (1973) o conhecimento dos mecanismos de funcionamento das economias baseadas sobre a caça, a coleta, a pecuária extensiva e a agricultura itinerante é hoje bastante extenso a partir do estudo sistemático e minucioso das limitações que o meio-ambiente e as técnicas exercem sobre a vida material e social dessas sociedades. Esse mesmo autor afirma que somente o estudo dos objetivos organizativos permite explicar porque sociedades, explorando o mesmo ambiente degradam os recursos naturais e outras não. Também como afirma Jansen (1973) são a organização social e os valores culturais os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente, e não simplesmente a tecnologia.

A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza (a pré-capitalista, a capitalista, etc.) sobretudo nos países do Terceiro Mundo exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com as unidades de conservação. Nesse sentido o que marca os países do Terceiro Mundo é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas.

Muitas delas ainda não foram incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza em muitos casos é de uma verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural distinta da existente na sociedade capitalista.

Ora, a visão de parques nacionais oriunda dos Estados Unidos não se deu conta dessas particularidades extremamente importantes e considera que toda sociedade é urbano-industrial em que a relação com a natureza é marcada pela destruição e não pelo respeito.

Isso se deu, em parte pelo fato de nos Estados Unidos, ao final do séc XIX o capitalismo ter-se tornado o sistema dominante, e as culturas indígenas terem sido desorganizadas, particularmente durante a conquista do Oeste. Ora essa não era nem é a situação dos países do Terceiro Mundo em que coexistem formas de produção capitalistas e pré-capitalistas. No entanto, as populações humanas inseridas nas formas de produção pré-capitalistas em grande parte ocupam espaços territoriais mais distantes dos centros urbanos e dos polos econômicos mais importantes. Esses espaços são marcados pela presença de ecossistemas de florestas tropicais, mangues, etc, considerados até agora como ecossistemas marginais, economicamente não rentáveis. Esses ecossistemas, pela natureza das formas pré-capitalistas de produção foram utilizados de forma não-intensiva e se mantiveram escassamente povoados e, em muitos casos, bastante preservados. É nesses ecossistemas que foram e estão sendo criadas as unidades de conservação. Ao contrário da situação norte-americana, esses espaços não são desabitados, apesar de quase sempre serem fracamente povoados por populações indígenas, de extrativistas, pequenos pescadores e agricultores.

Dada a multiplicidade de formas sociais de produção em que essas populações estão inseridas não existe para elas uma denominação genérica. Em muitos casos, elas são denominadas de "populações ou culturas tradicionais".

Redfield (1971) por exemplo, diferencia a cultura tradicional dos camponeses e das tribos indígenas. A cultura tradicional não-indígena, a das sociedades camponesas, para Redfield, não é autônoma. É um aspecto da dimensão da civilização da qual faz parte. Para se manter como tal, a cultura camponesa requer uma contínua comunicação com outra cultura (a nacional, urbano-industrial). Vista como um sistema sincrônico, a cultura camponesa não pode ser inteiramente compreendida a partir do que existe na mente dos camponeses. Nesse sentido, a cultura tradicional camponesa é uma expressão local de uma civilização mais ampla. Como afirma Foster (1971), "uma das distinções mais óbvias entre a verdadeira sociedade primitiva e a de folk (camponesa) é que esta, por centenas de anos mantém contacto com os centros do pensamento intelectual e do desenvolvimento". Essa interação da Grande e da Pequena Tradição, no dizer de Redfield (1971) pode ser vista como parte da estrutura social da comunidade camponesa no seu contexto mais amplo.

Há um certo consenso sobre o uso dos termos "tribal", indígena significando "etnia". O estabelecimento de "reservas indígenas" no Brasil reconhece o direito das populações indígenas a uma área onde, em princípio, elas estariam protegidas da intervenção do homem branco. Nesse sentido há uma distinção mais clara entre as populações indígenas e as não-indígenas baseadas no conceito de etnia, apesar de haver debate sobre a noção de índios aculturados. As populações indígenas tribais têm culturas claramente diferenciadas das demais.

Existe um intenso debate quanto ao significado dos termos "populações nativas", "tribais"," indígenas" e "tradicionais". A confusão não é somente de conceitos mas até de expressões nas várias línguas. Assim o termo "indigenous", em inglês, usado em muitos documentos oficiais (UICN, Banco Mundial) não quer dizer necessariamente "indígenas", no sentido étnico e tribal. O conceito do Banco Mundial, de 1982 (Bank's Tribal Peoples policy statement, 1982) para povos nativos (indigenous) foi baseado principalmente nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina e como observou Dyson em documento do Banco Mundial (1992), não se adaptava a outras regiões do mundo. Uma nova definição surgiu como Diretiva Operacional 4.2O de 1991, com características mais amplas, substituindo o termo "povos tribais" por "povos nativos" (indigenous). Ela se aplica aqueles povos vivendo em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comummente aceitas:

a) ligação intensa com os territórios ancestrais;

b) auto identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;

c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;.

d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;

e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

De maneira geral, as culturas tradicionais podem ser englobadas, no dizer de Foster (1971) nas sociedades parciais (part society), inseridas dentro de uma sociedade mais ampla, onde as cidades exercem um papel fundamental. Os camponeses, segundo Firth (1950) ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, poder ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade. Tanto Foster quanto Redfield enfatizam o papel das relações entre as sociedades tradicionais dos camponeses e as cidades, das quais em grande parte dependem para sua reprodução social, econômica e cultural. Essa dependência é também política, na medida em que os camponeses são politicamente marginalizados. Da cidade também provêm as inovações" que colaboram para a gradual transformação das sociedades camponesas.

Dentro de uma perspectiva marxista (e principalmente dos antropólogos neo-marxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de

manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural. Desenvolveram também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. "Culturas tradicionais" dentro desta perspectiva são aquelas que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, mas também a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Godelier, (1984) por exemplo, afirma que essas duas sociedades têm "racionalidades intencionais" diferentes, ou melhor, apresentam um sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos. Para ele, cada sistema econômico e social determina uma modalidade especifica de explotação dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e conseqüentemente utiliza normas especificas do "bom" e do "mau" uso dos recursos naturais. Ele usa o exemplo dos caçadores brancos e dos índios Naskapi, da península do Lavrador, onde os primeiros caçam os animais para retirar e vender as peles, enquanto os segundos o fazem para sua subsistência direta. Godelier afirma que tanto os caçadores brancos como os indígenas reproduzem sua sociedade e sua cultura através de suas atividades econômicas e do uso dos recursos naturais. Os primeiros, no entanto, pertencem a um sistema econômico voltado para o lucro monetário, no qual a solidariedade familiar tradicional desapareceu e que, portanto, depredam os recursos naturais. Os segundos pertencem ainda a uma sociedade em que o fim último é a reprodução dessa solidariedade e não a acumulação de bens e lucro, cuidando melhor dos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver.

Situação semelhante foi analisada por Diegues (1983) entre os pescadores artesanais caiçaras e os inseridos na pesca empresarial-capitalista do Porto de Santos. Entre os primeiros, durante a partilha do pescado capturado, uma parte vai para o consumo dos familiares e vizinhos, além do que é dado às viúvas e crianças. Isso já não ocorre no porto de Santos, em que os pescadores embarcados são simplesmente impedidos de sair com peixe dos limites do Entreposto de Santos.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de "território" que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes e que ela deseja ou é capaz de "utilizar" (Godelier, 1984:122). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar a natureza do homem como espécie, mas também:

a) os meios de subsistência;

b) os meios de trabalho e produção;

c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aqueles que compõem a estrutura determinada de uma sociedade, (relações de parentesco, etc.) (Godelier, 1984).

O território depende não somente do tipo de meio-físico explotado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas "marcas" de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descoberto e guardado cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas "marcas" podem ser físicas e visíveis, como as "caiçaras" instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (Al). Elas podem também ser invisíveis, como os "rasos", tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundancia de peixes de fundo. Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo através do sistema de "caminho e cabeço" pelos pescadores do Nordeste. Isto é, os locais mais produtivos do mar são localizados pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual se usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro, etc (Diegues, 1983, 1993). Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o "território" é muito mais vasto que para as "terrestres" e sua "posse" é mais fluida. Apesar disso ela é conservada pela "lei do respeito" que comanda a ética reinante nessas comunidades.

Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar de que, a agricultura itinerante, através do pousio, demarcavam amplas áreas de uso, sem limites muito definidos. Muitas dessas áreas, como no caso das comunidades caiçaras de São Paulo, são "comuns", isto é, posse de uma comunidade onde seus membros faziam suas roças. A terra em descanso ou o "pousio" era a marca da posse, onde depois de colhida a mandioca ficavam os pés de banana, limão e outras árvores frutíferas. Nas comunidades mencionadas, é estreita a relação com a Mata Atlântica, nicho importante para sua reprodução social. Dali retiram a madeira para suas canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos, etc (Diegues, 1988).

Algumas dessas sociedades se reproduziam, explorando uma multiplicidade de hábitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses hábitats diversos exigia não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.

O território das sociedades tradicionais, distinto daquele das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "unidades de conservação" porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

Um aspecto relevante na definição de "culturas tradicionais" é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua explotação dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e simbologias que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o "locus" das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos hábitats em que vivem também se constroem a partir do maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico. Assim, o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, se adentrando nela para dela retirar os recursos de que precisa; ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas através de suas técnicas de pesca, mas tem um verdadeiro pavor do mar aberto, do "mar de fora", da "passagem da barra", dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controla.

Nesse sentido, é importante se analisar o sistema de representações que essas populações tradicionais têm do ambiente em que vivem, pois é a partir delas que agem sobre ele. É a partir também dessas representações e do conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo, que serão analisados mais adiante. Segundo Godelier (1974) a percepção que os indivíduos têm de seu ambiente natural é formada não somente de representações mais ou menos objetivas, mas igualmente de julgamentos de valor, de crenças e de mitos. Algumas dessas representações míticas têm não somente um valor explicativo do mundo e seus fenômenos, mas também um sentido conservacionista. O imaginário popular dos povos da floresta, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá); os que maltratam os animais da mata (Anhangá); os que matam os

animais em época de reprodução (Tapiora); os que pescam mais que o necessário (Mãe d'Água). (Câmara Cascudo,1972). Assim, os moradores da Várzea da Marituba (Alagoas) têm várias lendas, como a da "Mãe d'Água", que vira a canoa daqueles pescadores que são muito ambiciosos e retiram muito peixe da lagoa.

Em algumas sociedades tradicionais, algumas áreas, tanto da floresta quanto de estuários e rios, são consideradas "sagradas", e não devem ser utilizados para atividades econômicas. Assim, Bourgoignie (1972) descreve a interdição que os pescadores Tofinu, do ex-Dahomey (hoje Benin) respeitavam de não pescar em certos lugares da lagoa Nokoné, pois era o lugar de descanso da deusa Anasi Gbégu. Pesquisas posteriores concluíram que nessas áreas se reproduziam os peixes capturados em outras partes da lagoa. A interdição religiosa contribuía para a conservação dos recursos pesqueiros. O autor também analisa como os desequilíbrios ecológicos provocados pela construção de um porto e a entrada dos Tofinu na economia de mercado contribuíram para desorganizar a cultura tradicional.

> *"A desorganização sócio-cultural deixou caminho livre para uma tecnologia destinada a usar os recursos do Lago Nokoné de uma maneira sempre mais individualista e anárquica. A pressão econômico-ecológica levou à redução quantitativa e qualitativa das proibições tradicionais de pesca e à profanação dos lugares sagrados e preservados. Os lugares santos, em sua grande maioria, desapareceram e seus símbolos foram devorados pelo sal das águas salobras, e os santuários foram profanados e abandonados pelos homens"* (p.429).

Há também sociedades em que certos espaços da floresta são considerados sagrados, onde somente se realizam certos rituais, como os de iniciação. É o caso da floresta sagrada do Nyombe (Zaire) e de Likoula (Congo). Ali os homens somente penetram depois de praticar os rituais de proteção. Para essas populações, é incompreensível que as empresas madeireiras entrem na floresta para depredá-las, pois elas representam o domínio dos espíritos ancestrais. Para usá-las o homem não somente deve ter os conhecimentos necessários como também não afrontar as forças que geram a vida. Os jovens também passam à fase adulta através dos ritos de iniciação na floresta. Durante esse período, são treinados na coleta de plantas. Newman (1992) afirma que "a prática ancestral de proibir o acesso de certas florestas ao homem, é uma forma de criar zonas de preservação onde a flora e a fauna poderiam se reproduzir com tranqüilidade" (p.237). O autor também propõe "estudar as possibilidades de utilizar as florestas sagradas como reserva de flora e fauna" (p.237). O mesmo ocorre com as ilhas sagradas dos Bijagos. Essas ilhas são somente usadas

para cerimoniais e para a presença temporária dos Bijagós em determinadas épocas ligadas à celebração de rituais (Scantamburlo, 1991).

Há necessidade de se estudar melhor a questão das representações, dos mitos e aspectos da religiosidade popular das populações tradicionais no Brasil e se analisar até que ponto elas podem ser parte de uma nova política de conservação. Com isso se poderá partir da visão dessas populações sobre a conservação, e não das percepções das elites urbanas, que têm visões próprias e diferentes do que significa a "mata natural", "o mar natural", etc.

Para Diegues (1992c):

> *"comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse "know-how" tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio-ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra "respeito" que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade"* (p.142).

Dentro dessa visão, "culturas tradicionais", são aquelas próprias do modo de produção mercantil, caracterizadas por:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroe um "modo de vida";

b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

c) noção de "território" ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

d) moradia e ocupação desse "território" por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de "mercadorias" possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;

f) reduzida acumulação de capital;

g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;

i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele o produtor (e sua família) dominam o processo de trabalho até o produto final;

j) fraco poder politico, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

É evidente que a descrição acima se baseia na noção de "tipo ideal", e que a existência histórica de uma determinada cultura tradicional possa se construir a partir de pesos diferenciados conferidos às caraterísticas acima mencionadas. Assim, um determinado grupo social portador de cultura tradicional, como a caiçara do litoral de São Paulo pode apresentar modos de vida em que as caraterísticas acima mencionadas estejam presentes, com maior ou menor peso, devido sobretudo à sua maior ou menor articulação com o modo de produção capitalista dominante.

Esse fato nos leva a uma questão importante, a da mudança social. As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que

denominamos de "pequena produção mercantil". A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (Diegues, 1983, 1992 c).

As culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram no entanto isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista (Diegues, 1983, 1992c). Essa maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, por outro lado, tem levado a uma maior ou menor desorganização das formas pelas quais o pequeno produtor trata o mundo natural e seus recursos. Toledo (1980), analisa a interdependência crescente entre os dois modos de produção acima descritos e mostra como a crescente dependência entre ambos leva a uma transformação do mundo natural em "mercadoria". O mesmo processo é analisado por Diegues (1983) no que se refere à articulação entre a "pesca artesanal (produção mercantil simples) e a pesca empresarial-capitalista ao longo do litoral brasileiro.

Esses trabalhos, no entanto, mostram a grande persistência da pequena produção mercantil nos países do Terceiro Mundo. Em trabalhos anteriores, (Diegues, 1983, 1988,1992d) constatou-se que nem sempre uma maior articulação com o modo de produção capitalista tem levado à uma destruição da pequena produção mercantil. Ao contrário, como sucede freqüentemente no caso da pesca artesanal o modo de produção capitalista se apropria da produção artesanal, sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social.

Algumas propostas para se manter as populações tradicionais nas unidades de conservações partem do pressuposto que elas devem manter seus padrões culturais imutáveis, sobretudo os que se referem ao uso dos recursos naturais. Outra vez, o mito da "floresta intocada" se reproduz na necessidade da intocabilidade cultural. Ainda nesse tópico, é relevante se citar Bailey (1992) em seu trabalho para o Banco Mundial:

> *" Freqüentemente se permite que as populações nativas (indigenous) permaneçam nas áreas protegidas desde que continuem "tradicionais" - um termo utilizado pelos fazedores de política sem consulta ou sem conhecimento histórico extensivo dessas mesmas populações. Essas restrições levam a reforçar o "primitivismo" (Goodland, 1982:2l) pelo qual se espera que esses povos permaneçam "tradicionais" (muitas vezes para aumentar seu valor turístico) enquanto o resto do mundo se transforma. A política de manejo para as reservas deve ser suficientemente geral e*

flexível para permitir variações nos estilos de administração em relação aos grupos locais ao longo do tempo" (p.208).

Nos países de capitalismo avançado, a importância dessas populações tradicionais é, em geral, menor que nos países do Terceiro Mundo uma vez que o capitalismo dependente coexiste com bolsões da pequena produção mercantil. A partir daí se pode entender porque os ideólogos do conservacionismo americano entendiam a vida selvagem (wilderness) como existente em "espaços vazios", onde foram implantados os parques nacionais. Os Ideólogos dos "parques nacionais" do Terceiro Mundo se apropriaram dessa nação "wilderness" sem se dar conta das diferenças existentes entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo.

6. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E BIODIVERSIDADE

O estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é um objetivo relativamente recente uma vez que os parques foram criados fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. A manutenção da biodiversidade apareceu como objetivo da conservação como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas, particularmente a partir da década de 60.

A questão da biodiversidade aparece nitidamente na Estratégia Mundial para a Conservação, da UICN (1980). Nesse documento, os objetivos básicos da conservação são a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a preservação da diversidade genética e a utilização sustentada das espécies e ecossistemas.

A preservação da diversidade biológica está contemplada principalmente na manutenção da diversidade genética; a preservação da diversidade genética é necessária tanto para assegurar o fornecimento de alimentos, de fibras e certas drogas, quanto para o progresso científico e industrial. Também, torna-se necessário impedir que a perda das espécies cause danos ao funcionamento eficaz dos processos biológicos (Sumário da Estratégia, versão brasileira, 1984).

No manual da UICN: Managing Protected Áreas in the Tropics (1986), as áreas protegidas naturais são essenciais para a conservação dos recursos vivos de uma nação, assegurando:

> *"que amostras representativas de importantes regiões naturais sejam mantidas em perpetuidade, que a diversidade física e biológica seja mantida e que o material genético selvagem seja conservado".*

A seguir o manual acrescenta que:

> *"as áreas protegidas também podem contribuir para a preservação ambiental das áreas adjacentes, para a capacidade produtiva dos ecossistemas, para área de utilização de pesquisas e educação ambiental, para o desenvolvimento rural integrado e para o turismo e recreação"* (p.1)

É interessante se observar que o turismo e recreação, objetivos principais das primeiras unidades de conservação passam a ser objetivos secundários no que o Manual define como "conceitos modernos de áreas protegidas".

Nos documentos mais recentes da UICN, como o From strategy to action (1988) há uma primeira vinculação entre a manutenção da diversidade biológica (entendida como diversidade de espécies e de ecossistemas) e a diversidade cultural. Esse documento afirma que "a destruição da vida selvagem e florestas hoje tem relativamente pouco a ver com as espécies em si, mas é decorrência das relações entre a população e a natureza e com as relações entre as pessoas" (p.33). O mesmo documento afirma também que até agora "o movimento conservacionista foi liderado por naturalistas, incluindo amadores e biólogos treinados. Ainda que sua contribuição tenha sido essencial, eles foram incapazes de resolver os problemas básicos da conservação porque os fatores limitantes não são de ordem ecológica, mas principalmente políticos, econômicos e sociais. As opiniões para a conservação têm que ser procuradas entre os políticos, sociólogos rurais, agrônomos e economistas. Em última análise, os usuários dos recursos naturais locais são aqueles que tomam as decisões". Essa publicação também enfatiza a importância do conhecimento das populações locais (traditional groups) para assegurar a diversidade biológica.

Estudos recentes (Balée, 1988, 1992a; Gomez-Pompa 1971, 1972) e outros afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais está relacionada intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos. O sistema regenerativo da floresta úmida parece estar muito bem adaptado às atividades do homem primitivo. O uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola (shifting agriculture) é semelhante à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais. Esse tipo de atividade pode ainda ser vista em muitas áreas tropicais, onde um padrão de mosaico pode ser encontrado, com a ocorrência de grandes porções de floresta úmida primária e porções de floresta perturbada de diferentes idades a partir do momento de seu abandono. Vários estudos dessa série de sucessões já existem e em muitos casos tendem a concordar que a agricultura itinerante tem sido um meio natural para usar as propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem (Gomez-Pompa, 1972). O autor vai mais longe ao afirmar:

> *" un hecho bien conocido por los ecólogos tropicales es que gran parte de la vegetación primaria de muchas zonas reconocidas como virgenes presentan vestigios de perturbación humana y cada dia se hace más dificil encontrar zonas totalmente "virgenes".*

Gomez-Pompa também afirma que vários autores descobriram que muitas espécies dominantes das selvas "primárias" do México e América Central são, na verdade, espécies úteis que o homem do passado protegeu e que sua abundância atual está relacionada com este fato. A seguir o autor lança a hipótese de que a variabilidade induzida pelo homem no meio-ambiente das zonas tropicais é um fator que favoreceu e favorece notavelmente a variabilidade das espécies e provavelmente sua especiação (1971).

Se essas hipóteses vierem a ser comprovadas, e muitos estudos recentes apontam nessa direção (Oliveira, 1992), é necessário se repensar o conceito de "florestas naturais" e sua modalidade de conservação através de unidades de conservação onde se proíbe a ação da agricultura itinerante como ainda hoje é praticada por populações indígenas e outras populações tradicionais de seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, etc. Além disso, torna-se necessário se resgatar os sistemas tradicionais de manejo ainda hoje praticados pelas populações tradicionais, uma vez que essas técnicas têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica. Nesse sentido, são relevantes os trabalhos de Posey, (1987) onde se atesta que ao lado de espécies domesticadas/semi- domesticadas, os Kayapós usualmente transplantam várias espécies da floresta primária para os antigos campos de cultivo, ao longo de trilhas e junto às aldeias, formando os chamados "campos de floresta". Esses nichos manejados foram denominados por Posey de ilhas naturais de recursos e são amplamente aproveitadas no dia-a-dia indígena, bem como durante as longas expedições de caça que duram vários meses (Posey, 1987), Balée (1992a e 1992b) demonstra que a floresta secundária tende a alcançar a floresta primária em termos de diversidade ao longo do tempo, o que pode ocorrer em menos de 180 anos. A diversidade em número de espécies entre as duas florestas é semelhante: 360 na secundária e 341 na primária.

Os trabalhos acima citados atestam o grande cabedal de conhecimento das populações indígenas e tradicionais sobre o comportamento da floresta tropical. Eles apontam também para a necessidade de se incorporar essas populações no manejo dessas áreas. Gomez-Poma e Kaus, A. (1992) vão mais longe ao afirmar:

> *"A técnica de derrubada e queima da agricultura itinerante deve continuar para proteger as espécies. Sem todas essas práticas culturais humanas que vão junto com o hábitat, as espécies se perderão para sempre. E no entanto, essa dimensão da conservação tem sido negligenciada na nossa própria tradição de manejo de recursos naturais"* (p.274).

Brown, K., Brown, G. (1992) também comparam o papel importante das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade na floresta tropical brasileira como a destruição da mesma gerada pela ação dos grandes fazendeiros e grupos econômicos. Para eles, a ação desses grandes grupos resultam num máximo de erosão genética, mesmo quando é acompanhada de "medidas conservacionistas". Os autores também afirmam que o modelo de uso de baixa intensidade dos recursos naturais pelas populações extrativistas e indígenas freqüentemente resultam num mínimo de erosão genética e num máximo de conservação. Ainda que a densidade populacional seja geralmente inferior a 1 hab/km^2, pode alcançar 10 vezes mais se cuidadosamente planejada, se aproximando do uso feito pela agricultura camponesa. Ainda segundo Brown, esse uso "subdesenvolvido" da terra e seus recursos freqüentemente descritos como "primitivo", não econômico e predatório pelas agencias oficiais de "desenvolvimento", tem se mostrado como os usos mais rentáveis da floresta a curto e médio prazo. Ainda que não sirva os interesses das populações urbanas mais densas e poderosas (freqüentemente míope), mantém a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz).

Brown, K. e Brown, G. (1992) terminam o artigo citado afirmando que as populações urbanas têm muito que aprender com as tradicionais que vivem em maior harmonia com a natureza. "Respeitando a sensibilidade para com a diversidade natural e seus processos, inerente aos sistemas sócio-econômicos de produção menos sofisticados, as populações das áreas urbanas poderão desenvolver um novo conhecimento para com estas fontes de sua própria sobrevivência" (p.10).

Trabalhos recentes do Banco Mundial (Cleaver, K., 1992) também apontam na direção da desmistificação das "florestas intocadas" e na importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Nas recomendações para o Banco, Bailey afirma: A composição e distribuição presente das plantas e animais na floresta úmida é resultado da introdução de espécies exóticas, criação de novos hábitats e manipulação crônica pelos povos da floresta durante milhares de anos. Por causa da longa história de pousio da agricultura itinerante, junto com os povos nômades/pastores na África Central, todas as florestas atuais são realmente patamares de vários estágios sucessivos de crescimento criados pelo povo e não existem áreas que muitos relatórios e propostas chamam de "pristinas", "intocadas", "primárias" ou "floresta madura".

Em resumo, essas florestas são artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África não apesar da habitação humana, mas por causa dela (p.208). Em seguida, o mesmo relatório vai mais além ao afirmar: "A relevância deste fato para a planificação da proteção e manejo das reservas biológicas é que, se excluirmos os seres humanos do uso de grandes áreas de florestas, não estaremos protegendo a biodiversidade

que apreciamos, mas a alteraremos significantemente e provavelmente a diminuiremos ao longo do tempo. Por isso, áreas deveriam ser consideradas livres e disponíveis para a conservação, depois de estudos cuidadosos, incluindo entrevistas exaustivas com os moradores locais e adjacentes a essas áreas" (p.208).

Diversos trabalhos de etnobiologia também têm apontado para a existência de diversos sistemas tradicionais de manejo fora da floresta tropical. Assim Diegues (1983, 1988, 1992d) chama a atenção para várias formas tradicionais de manejo de águas estuarinas e costeiras por pescadores artesanais. Entre elas estão a "caiçara", o "viveiro", o "cerco". A caiçara é uma espécie de armadilha feita de galhos, colocados de forma ordenada no fundo de estuários e lagunas, como Mundaú e Manguaba. É semelhante ao "brush park" descritos por Bourgoignie (1972) na África do Oeste, onde se chamam "akadjá". Junto a esses galhos vêm juntar-se várias espécies de peixes, em diversas fases de sua vida reprodutiva e são capturados pelos pescadores, privilegiando os que atingiram a fase adulta. Nesse sentido, a "caiçara" é uma espécie de "recife artificial" hoje mundialmente conhecida como uma técnica "moderna" e amplamente difundida pela FAO. Como também menciona Marques (1991), as caiçaras são unidades de recursos artificialmente induzidas e manipuladas pelos pescadores artesanais. Existem vários modelos de "caiçaras", segundo devam ser colocados mais próximos ou mais distantes da barra. Marques (1991) também menciona o fato das caiçaras redondas ou "de camarinha" se estruturarem comunidades complexas, estoques multi-específicos. O autor também menciona o grande conhecimento empírico que os pescadores têm das espécies que vivem ou procuram a "caiçara", seu ciclo de vida, seus hábitos alimentares, as diversas fases de colonização dos galhos da "caiçara" pelas várias espécies.

O "viveiro" também é uma técnica de manejo costeiro, empregada sobretudo no Nordeste. Aí os pescadores cercam uma parte mais profunda do estuário, deixando somente passar os peixes nas marés enchentes, retendo-os para criação extensiva, usando somente os nutrientes da própria água (Diegues, 1992d). Outras técnicas de manejo são também mencionadas por Cordell (1982). Esse autor advoga firmemente a necessidade de se integrar essas práticas tradicionais de manejo na moderna administração pesqueira.

Essas diversas práticas de manejo descritas tanto para a floresta virgem como para os ambientes costeiros contribuíram e contribuem para a manutenção da diversidade biológica, tanto das espécies quanto dos ecossistemas. São práticas culturais de extrema importância que revelam um grande conhecimento acumulado e "savoir-faire" das populações tradicionais e que devem ser levados em conta quando da implantação de unidades de conservação tanto na floresta tropical quanto nos ambientes costeiros.

No caso da floresta tropical, como vimos anteriormente, é muito difícil hoje se distinguir "mata virgem" de "mata alterada" sobretudo pela agricultura itinerante. Nesse

sentido, a noção de "wilderness" nos países tropicais é provavelmente distinta daquela descrita pelos primeiros ambientalistas americanos. Ao que parece, as populações tradicionais, através de suas práticas culturais contribuíram e contribuem para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo. Ora, a implantação de unidades de conservação que respeitem essas práticas tradicionais podem contribuir tanto para a proteção de formas de vida humana mais compatível com a diversidade biológica quanto para a conservação do mundo natural, seja ele "virgem" ou já alterado por populações tradicionais.

CONCLUSÕES

A polêmica gerada em torno da inclusão ou não das populações tradicionais ganhou o cenário internacional, como bem o demonstraram os debates em torno do tema no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em 1992. A exclusão dessas populações tem sua origem na concepção inicial de parques nacionais nos Estados Unidos em meados do séc. XIX: áreas vazias e selvagens (wilderness) reservadas para a apreciação da natureza dos visitantes onde não existiam moradores permanentes. Essa ideologia do mundo selvagem se expandiu para os países do Terceiro Mundo através de conservacionistas e burocratas da conservação, grande parte deles treinados nos EUA. Ora, a situação dos países do Terceiro Mundo, onde hoje se situam a grande maioria dos parques nacionais e reservas é muito diferente daquela reinante nos EUA, na medida em que mesmo as chamadas "áreas naturais" são esparsamente habitadas por populações indígenas, extrativistas, pescadores artesanais que retiram desses ecossistemas sua sobrevivência. Com a criação dessas unidades, essas populações chamadas de "tradicionais" são expulsas ou reassentadas em regiões distintas daquelas em que vivem, criando uma série de problemas de caráter sócio-econômico, cultural e mesmo ético. Os conflitos gerados por essa estratégia têm ameaçado a própria existência das unidades de conservação, na medida em que, livres de seus moradores tradicionais que conheciam profundamente a área, sua fauna e flora, essas regiões são freqüentemente invadidas por grandes interesses especulativos, madeireiros, de mineração. Essas populações tradicionais passam a considerar os recém-criados parques nacionais como terras confiscadas deles, sem a devida compensação e por isso passam a utilizar-se delas "ilegalmente" e de forma menos conservacionista do que o faziam quando aí moravam.

A partir de meados dos anos 8O, essa visão de parques sem populações, sobretudo tradicionais vem-se modificando a nível internacional. A própria União Internacional para a Natureza-UICN está modificando suas posições, partindo do pressuposto que há maneiras de se integrar nas unidades de conservação as populações tradicionais, mesmo naquelas que, por definição anterior, não se permite a presença de moradores.

No Brasil, a nível da administração federal e de algumas organizações não-governamentais a questão da presença de populações tradicionais moradoras em parques nacionais e unidades de conservação semelhantes tem sido tratada dentro de uma visão

conservadora, ainda influenciada por percepções urbanas do que significa o mundo natural e a natureza selvagem. Parte-se de uma dicotomia radical entre o mundo humano e o mundo natural, não levando em conta que grande parte deste último já foi modificado de forma não-destrutiva pelas populações tradicionais. Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem se fazer distinção entre os interesses econômicos externos às áreas e às atividades daquelas populações em grande parte responsáveis pela manutenção da diversidade biológica. Como foi mostrado no decorrer do texto, muitas das idéias preservacionistas do "mundo natural" se baseiam em concepções de uma natureza intocada e não-domesticada, na noção de equilíbrio dos ecossistemas, dificilmente encontráveis mesmo nas florestas tropicais. A nosso ver deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto que colocando-se de lado áreas naturais para conservação automaticamente se garantirá a integridade biológica. Em países do Terceiro Mundo, a conservação poderá ser melhor conseguida com a real integração e participação daquelas populações que em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar.

Por outro lado, há também a necessidade de se resguardar de uma visão simplista do "selvagem" ecologicamente nobre (Redford, 1990). Nem todos os moradores são "conservacionistas natos", mas entre eles há populações tradicionais que armazenaram um vasto conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem.

Há uma grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural. Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais. É necessária uma visão interdisciplinar, onde trabalhem de forma integrada biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, entre outros. Como afirma Gomez-Pompa e Kaus (1992) estamos discutindo e estabelecendo políticas sobre um tema que conhecemos pouco. E aquelas populações que conhecem melhor, raramente participam dos debates e decisões. Há necessidade de pesquisar melhor as influências humanas, passadas e presentes nas áreas "naturais", os sistemas tradicionais e modernos de manejo e conservação, as diversas percepções existentes entre as populações tradicionais sobre conservação e uso de recursos naturais, os mitos e crenças que podem facilitar uma real participação das populações locais no planejamento e implantação de unidades de conservação.

No entanto, a situação é tão crítica que algumas instituições responsáveis por parques e reservas, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais, sobretudo a

nível estadual e local, começaram a rever suas posições tentando encontrar formas de convivência entre as populações tradicionais de moradores e as unidades de conservação. Isso é resultante também da pressão dos moradores das unidades de conservação, que começam a se organizar em associações para a defesa de seus interesses e de seu modo de vida, como é o caso da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, em São Paulo.

Neste momento, em que o Congresso Nacional começa a discutir o novo projeto de lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa discussão ampla é mais do que oportuna, na medida em que parcelas consideráveis do território nacional foram transformadas em unidades de conservação e a tendência é que esses espaços territoriais sejam ainda mais expandidos. Em muitos desses espaços existem moradores tradicionais e se soluções adequadas não forem encontradas os conflitos poderão se agravar ainda mais. Além disso é recomendável que as instituições responsáveis pela conservação abandonem a idéia importada sobre parques nacionais, propondo a criação de unidades de conservação mais condizentes com a realidade do Terceiro Mundo. É igualmente importante que se passe de uma estratégia de "solução de conflitos" para uma mais positiva: aquela que vê nas populações tradicionais seus aliados na conservação da natureza.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, C. - 1992. "As Florestas Virgens Manejadas". In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*, Belém. (no prelo).

BACHA, C. - 1992. *A distribuição geográfica das unidades de conservação existentes no Brasil.*(mimeo) Esalq-USP.

BAILEY, R et all - 1992. *Development in the Central African Rainforest: concern for forest peoples.* In: CLEAVER et al. op.cit.

BAIRD CALLICOT, J. - 1991. *The wilderness idea revisited.* MS.

BALÉE, W. - 1988. *Indigenous adaptation to Amazonian Palm forest.* In: Principles 32(2) 47-54.

BALÉE, W. - 1992a. "Indigenous history and Amazonian biodiversity". In: *Changing tropical forest: historical perspectives on today's challanges in Central and South América.* H.K. Steen and Tucker (ed) Forest History Society, Durham. 185-197.

BALÉE, W. - 1992b. *Indigenous transformation of Amazonian Forest. An example from Maranhão.* Brazil. L'Homme (no prelo).

BONIFÁCIO, J. - 1962. *Obras científicas, políticas e sociais.* Santos, Imprensa Oficial.

BOOKCHIN, M. - 1976. *Towards an ecological society.* Montreal, Black Rose Book.

BOURGOIGNIE, G. 1972. "Etho-ecologie d'une collectivité régionale: les cités lacustres en Dahomey". In: *Canadian Journal of African Studies,* n.6.

BROWN,K e BROWN,G. 1991 *Habitat alteration and species loss in Brazilian Forest:social,biological and ecological determinants.* Unicamp/Univ.of Wiscounsin, (mimeo)SP.

CÂMARA CASCUDO. 1972. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* São Paulo, Ed. Ouro.

CLAY, J. - 1985. "Parks and People". In: *Cultural survival,* vol. 9, nº 1, 1985.

CLEAVER, K. et alii. - 1992. *Conservation of West and Central African Rainforest.* Washington, DC, Banco Mundial e UICN.

CORDELL, R. - 1974. "The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil". In: *Etnology,* v.13, out.

CORDELL, R. - 1982. *Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing.* Rome, FAO.

CULTURAL SURVIVAL - 1975. *Parks and people,* vol. 9, nº 1, fevereiro.

DEIHL, C. - 1985. "Wildlife and the Maasai". In: *Cultural Survival,* vol. 9, n. 1, fev.

DEVALL, B. G. SESSIONS - 1985. *Deep ecology-living as if nature mattered.* Gibbs Smith.

DIEGUES, A.C. - 1993. "Traditional sea tenure and coastal fisheries resources management in Brazil". In: Diegues (ed.) *Tradition and social change in the coastal communities of Brazil: a reader of maritime anthropology*. São Paulo, NUPAUB/USP.

_____ 1992. "Os pescadores artesanais e a questão ambiental". In: *Proposta*, n.53. ano XVI, maio.

_____ 1992b. "Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas". In: *São Paulo em Perspectiva*, vol 6, 1 e 2, jan/junho.

_____ 1992c. "Sustainable development and people's participation in wetland ecosystem conservation in Brazil: two comparative studies". In: Ghai, D. and Vivian, J. . *Grassroots environmental action. Routledge,* N.York and London.

_____ 1992d. *The social dynamics of deforestation in the Brazilian Amazon: an overview.* Genebra, Unrisd.

_____ 1989. "The people's role in wetland Management". *Abstract of the International Conference: The people's role in Wetland Management,* Leiden.

_____ 1988. *Biological diversity and coastal tradicional cultures: the caiçaras communities.* São Paulo, IUCN/NUPAUB.

_____ 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar.* SP, Ed. Ática.

DYSON, M. - 1992. "Concern for Africa's forest peoples: a touchstone of a sustainable development policy". In: CLEAVER et alii, op.cit.

EKERSLEY, R. - 1992. *Environmentalism and political theory. Toward an ecocentric approach.* Nova York, State University of New York Press.

ERLICH, P. - 1982. "Human carrying capacity, extinctions and nature reserves". In: *Bioscience,* vol 32, n.5.

FIRTH, R. - 1946. *Malay fishermen: their peasant economy*, London.

FOSTER, G. - 1963. "What is folk culture. in American Anthropologist". New York, v.55.

GEERTZ, C. 1962. "The growth of culture and evolution of mind". In: *Theories of the Mind.*ed.J. Scher. 713-4O.Glencoe III Free Press

GHIMIRE, K. - 1991. *Parks and people: livelihood issues in national parks management in Thailand and Madagascar.* Genebra, UNRISD.

GODELIER, M. 1973. *Horizons, trapets marxistes en anthropologie.* Paris Maspero.

GODELIER, M. 1974. "Considerations théoriques et critiques sur le problème des rapports entre l'homme et son environement". In: *Information sur les Sciences Sociales,* Paris, 13(6).

GODELIER, M. 1984. *L'idéel et le matériel.* Paris, Fayard.

GOMEZ -POMPA e KAUS, A. 1992. "Taming the wilderness myth". In: *Bioscience,* vol 42, n.4.

GOMEZ-POMPA A. 1971. "Possible papel de la vegetación secundaria en la evolucion de la flora tropical". In: *Biotropica* 3(2): 125-135.

GOMEZ-POMPA, A., VASQUEZ-YANES, GUEVARA C. - 1972. "The tropical rainforest: a nonrenewable resource". In: *Science*, 177; 762-765.

GOODENOUGH,W. 1957. *Cultural anthropology and Linguistics.in Report of the Seventh Annual Round Table Meeting on Linguistics and Language Study.*Washington, Ed.P. Garvin.

IBAMA - 1989. *Unidades de Conservação no Brasil.* Brasília, Vol.1 .

IBAMA/Funatura - 1989. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: aspectos conceituais e legais.* Brasilia.

IUCN - 1980. *World Conservation Strategy.* Gland.

_____ 1985. *United Nations list of National Parks and Protected Areas.* Gland.

_____ 1986. *Conservação e Desenvolvimento Sustentado: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação.* Gland.

IUCN/WWF/PN - 1986b. *Conservando el patrimonio natural de la Región Neotropical. Plan de Accion Nahuel Hauapi para las areas protegidas de la region neo-tropical. Bariloche.* Gland.

IUCN - 1986c. *Managing Protected Areas in the Tropics.* Gland.

_____ 1988. *From strategy to action.* Gland.

_____ 1992. *Boletin,* UICN/vol 23, n.2. junho.

IUCN/PNUMA/WWF - 1991. *Cuidar la Tierra.* Gland.

KEESING.R. 1974. *Theories of Culture.* Austrália, Australian National University.

Mac KINNON K, G. GHILD e THORSELL - 1986. *Managing Protected Areas in the Tropics.* Gland, IUCN.

MARQUES, L. G. - 1991. *Aspectos ecológicos da entnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba. Alagoas.* Tese de doutorado. Unicamp. Campinas.

Mc CORMICK, J. - 1992. *Rumo ao Paraíso.* RJ, Ed.Relume-Dumará.

Mc Luhan, T.C. - 1971. *Touch the earth: A self-portrait of Indian Existence.* New York, Promontory Press

Mc NEELY, J. - 1988. *Economics and biological diversity.* Gland, IUCN.

Mc NEELY, J. - 1992. "Contributions of Protected Areas to sustaining society". *Atas do IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Areas Protegidas*, IUCN, 1991.

MILANO, M. S. - 1985. "Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação". In: *Revista Floresta,* 15(2) Curitiba, jun/dez.

MILLER, K.- 1980. *Crescimiento y desarollo de los Parques Nacionales en Latino-America.*

MOSCOVICI, S.- 1975. *Hommes domestiques, hommes sauvages.* Collection 10/18. Paris.

NAESS, ARNE. - 1973. "The shallow and the deep, long range ecology movement. A summary". In: *Inquiry,* 16:95-100.

NEWMAN, K.- 1992. "Forest people and people in the forest: investing in local community development". In: CLEAVER, K. op. cit 1992.

O'RIORDAN, T. - 1981. *Environmentalism,* 2.ed. Pion, London.

OLIVEIRA, A. E. *O homem e a preservação da Natureza.* In: *Ciência Hoje* 14(81) 34-40.

OLIVEIRA, E. - 1993. *Populações Humanas da Estação Ecológica de Juréia-Itatins,* S.P, NUPAUB/USP.

PÁDUA, J. - 1987. "Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA (org). *Ecologia e Política no Brasil.* RJ, Espaço e Tempo/Iuperj.

POSEY, D. - 1984. "Etnoecology as applied anthropology in Amazonian Development". In: *Human Organization* 43 (21;95-107).

POSEY, D. - 1987. "Manejo da floresta secundaria; capoeiras, campos e cerrados (Kayapo)". In: RIBEIRO, B. (org). *Suma Etnologica Brasileira,* vol.1. , Petrópolis, Ed. Vozes.

QUINTÃO, A. - 1983. "Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento". In: *Brasil Florestal,* n.54, Brasilia, abr/jun.

REDFORD, K. - 1990. "The ecologically noble savage in Orion, 9(3) 25-29.

REDFIELD, R.- 1971. "The social organization of tradition. in Potter,J. et alii Peasant Societies". Boston, Little Brown.

RODMAN, J. - 1973. "What is living and what is dead in the political phylosophy of T.H.Green". In: *The Western Political Quaterly* 26:566-86.

SANTOS, S. 1985. *André Rebouças e seu tempo.* RJ, Edit. Part.

SCANTAMBURLO, L. - 1991. *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque.* Instituto de Inv. Cient. Tropical e INEP Lisboa.

SMA/SP - 1989. "Ocupantes em Unidades de Conservacão. O caso do Despraiado. EEJI". In: *1º Seminário de Desenvolvimento Sustentado.* S.P.

STEWART, J. - 1955. *The cncept and method of cultural ecology in Theory of cultural change:the methodology of multilinear evolution.* University of Illinois.

THOMAS, K. - 1983. *O homem e o mundo natural.* SP, Cia das Letras.

TOLEDO, V. 1980. "La ecologia del modo campesino de producción". In: *Antropologia y Marxismo,* no.3.

VIOLA, E - 1986. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986). Do ambientalismo à ecopolítica". In: *Rev. Bras. Ciências Sociais,* fev.

VIOLA, E. e LEIS, H. - 1991. "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel das organizações do ecologismo". In: LEIS, H.(org). Ecologia e Política Mundial. Vozes/Fase. R.J.

VIOLA, .E. e VIEIRA, P. - 1991. "From Preservationism and pollution control to susteinable development: an ideological and organizational challenge for the environmental movement in Brazil". In: *International Seminar "Develeopment, Democracy and Environmental Social Movements in Latin America and Europe: Theory and Praxis"*, Inst. of Latin American Studies - Univ. of London, November 22-23.

UNEP/PNUMA - 1989. *Integrated Management Resources in Africa*, Nairobi.

WALDMAN, - 1992. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil,* São Paulo, Contexto.

WCED - 1986. *Nosso Futuro Comum.* F. Getulio Vargas - RJ.

WORSTER, D. - 1977. *Nature's economy. A history of ecological ideas.* Cambridge University Press.